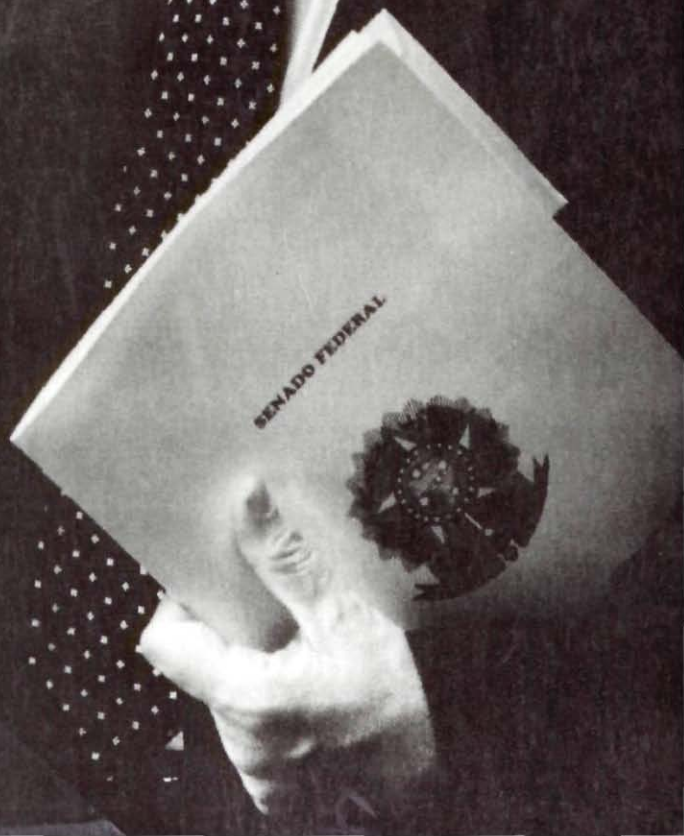


Coleção
GENTE

**LÚCIO
ALCÂNTARA**

Governadores



UNIVERSIDADE
ESTÁCIO DE SÁ

Lúcio Alcântara é médico por formação, político por profissão e um amante da Arte e da Cultura, por opção. Mas, em sua vida, praticamente nada foi escolhido, e as opções, como as paixões, foram surgindo por acaso e o atraindo. A Medicina foi uma espécie de alternativa à Marinha, já que a miopia acentuada o impediu de tentar a carreira militar; o trabalho na política, apesar da tradição da família, o colheu num momento em que já desenvolvia e estava feliz em sua carreira de médico e de professor universitário; o gosto pelas artes, principalmente pela Literatura, foi crescendo ao longo dos anos, a partir dos muitos livros que seu pai, Waldemar Alcântara, mantinha em casa.

Ao contar a sua história, Lúcio, atual governador do Ceará, fala com carinho dos principais momentos que viveu, sejam as brincadeiras com os amigos na pequena São Gonçalo do Amarante, cidade de origem da família, a adolescência em Fortaleza, o trabalho como médico e o choque de realidade que recebeu ao trabalhar no atendimento à população carente, os primeiros passos na política, como secretário de Saúde, a experiência no Congresso e a maturidade profissional e como político, na prefeitura e no governo do estado.



**Coleção
GENTE**

**LÚCIO
ALCÂNTARA**

em depoimento a
Claudia Albuquerque
e Edilene Dantas



ER EDITORA RIO

Rio de Janeiro, maio de 2005

2005 Editora Rio Sociedade Cultural Ltda.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sob qualquer forma, sem prévia autorização.

EDITORA RIO

Rua Dona Cecília, 25 – Rio Comprido

CEP 20251-010 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 2503-7302

E-mail: editorario.vendas@editorario.com.br

www.editorario.com.br

Produção Editorial: Editora Rio

Revisão: Nelson Moreira

Capa e editoração eletrônica: Elenir da Silva Oliveira

Projeto gráfico de capa: Escritório Modelo Integrado da Universidade Estácio de Sá

Finalização: Marcelo Baêta de Souza Lima

Foto de capa: Acervo Pessoal

Produção gráfica: Domingos Sávio

A347 Alcântara, Lúcio

Lúcio Alcântara em depoimento a Claudia Albuquerque e Edilene Dantas / Lúcio Alcântara – Rio de Janeiro : Ed. Rio, 2005.

96 p. ; 23 cm. – (Coleção Gente)

1. Alcântara, Lúcio. 2. Políticos – Brasil – Biografia. I. Albuquerque, Claudia. II. Dantas, Edilene. III. Título. IV. Série.

CDD 923.2

Falando com o futuro... e com o presente

GENTE é o nome de uma coleção de livros em que desfilam depoimentos de pessoas expressivas neste amanhecer do terceiro milênio. Imagine, leitor, se hoje pudéssemos ter este mesmo acesso a personagens do início do século... XIX, por exemplo, ou do século XV: depoimentos de um rei, de um viajante, de um sapateiro, de um comerciante, de um médico, um advogado, um dentista, um artista, como isto nos iria enriquecer, como se alargaria nossa compreensão do que se passou naquela época. Ouviríamos a voz do passado, ela própria, e não a voz de um historiador. Teríamos contato com os protagonistas e não com um narrador. Esta coleção, portanto, se destina a falar com a posteridade. Dentro de um século estará mais atualizada do que hoje. Esta coleção vai se transformar num documento, numa fonte histórica, e não somente em história.

Mas o valor deste trabalho não é menor para os contemporâneos. Pela imprensa, temos notícia da maior parte dos entrevistados nesta coleção. Mas a imprensa divulga o que a ela parece interessante, ao passo que, nestes livros, vamos conhecer o que o entrevistado achou interessante. Os depoimentos são tomados sem provocações: o entrevistado é convidado a falar livremente. Se você já o conhece, vai conhecê-lo muito melhor, e, se o conhece pouco, passa a conhecê-lo bem. Importante que você saiba como são seus contemporâneos mais expressivos. Eles ajudarão você a se aprofundar, não apenas neles, mas, igualmente, na sociedade em que você está vivendo: são outros ângulos que

vêm à tona. Além do mais, há alguns personagens que não são necessariamente notícia. A coleção não se limita aos famosos: os interessantes, mesmo que desconhecidos, também se tornam objeto de nosso estudo. A galeria é longa. Aliás, interminável.

E pelo valor que esta série de depoimentos pode agregar a todos nós, leigos ou eruditos, homens de hoje e homens de amanhã, o Departamento de Pesquisa da UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ resolveu fazer esta investigação e divulgá-la sob uma denominação bastante eloqüente. Com efeito, pode haver algo para nós mais importante do que GENTE?

JOÃO UCHÔA CAVALCANTI NETTO
Fundador da Universidade Estácio de Sá

Sumário

| | |
|-------------------------------------------|----|
| Falando com o futuro... e com o presente | 5 |
| Lúcio Alcântara | 9 |
| Lúcio Alcântara, a entrevista | 11 |
| Uma vocação anunciada | 13 |
| Infância e vida escolar | 17 |
| Universidade e liberdade de expressão | 23 |
| De almirante frustrado a médico sanitário | 25 |
| Doutor Waldemar e outros exemplos | 27 |
| Medicina e política | 31 |
| Perdas e ganhos | 35 |
| Três vezes secretário de Saúde | 37 |
| Planejamento e prefeitura | 39 |
| Prefeitura de Fortaleza | 41 |
| Virgílio Távora | 43 |
| Uma cidade e seus problemas | 47 |
| Diálogo com arquitetos | 49 |
| Meio ambiente | 53 |
| Deputado constituinte | 55 |
| O convívio com a cidade | 57 |
| Patrimônio: a luta pela preservação | 61 |
| A experiência no Senado | 63 |
| Lei dos Transplantes | 65 |
| O governo do estado e o Ceará hoje | 69 |
| Legislativo ou Executivo? | 73 |
| Preconceito contra o Nordeste | 75 |
| O gosto pela leitura | 79 |
| Edição de livros | 83 |
| O gosto pela formação política | 87 |
| Fundação Waldemar Alcântara | 89 |
| Maria Beatriz e herança política | 91 |

Lúcio Alcântara

Autor de vasta produção intelectual, membro da Academia Cearense de Letras, Lúcio Alcântara, governador do Ceará, aponta como a grande prioridade de seu governo a cultura (discurso de 16 de março de 2004 no Fórum de Cooperação Cultural Internacional). Certamente pela importância da cultura como instrumento de inclusão social. O governador reconhece a influência dos fatores culturais sobre o desenvolvimento, assim como o impacto do desenvolvimento sobre a cultura, a dimensão qualitativa do desenvolvimento. O grande obstáculo ao crescimento econômico, segundo o governador, é justamente a falta de consideração pela cultura local como elemento balizador de um projeto de desenvolvimento.

A cultural local, continua o governador, permite reconhecer e aglutinar as energias criativas e extraordinárias de uma comunidade em torno da construção de seu destino. É a única poupança de institucionalidade, de confiança e de apoio mútuo capaz de servir à formação do capital social necessário ao progresso econômico.

O governador vem procurando universalizar a matrícula das crianças na escola, bem como elevar a qualidade do ensino (discurso de 16 de fevereiro de 2004 na abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa em 2004). A Constituição Federal determina aos estados destinar 25% da receita dos impostos para a educação, mas em 2003 o governo Lúcio Alcântara foi muito além e investiu 31,7%. Cerca de 95,8% das crianças de 7 a 14 anos estão na escola, a qualidade do ensino básico melhorou e a educação profissionalizante ganhou impulso com os centros vocacionais tecnológicos.

Além da educação geral, o governador resolveu expandir a educação tecnológica e científica, bem como ampliar a base institucional de pesquisa e desenvolvimento a fim de garantir a inovação (discurso de 29 de julho de 2003 na assinatura de convênio de mútua cooperação em ciência e tecnologia com o governo do estado de São Paulo).

Governar é enfrentar e vencer desafios, avalia Lúcio Alcântara. Ele trabalha para transformar o Ceará, cada vez mais, numa boa alternativa para os planos de investimentos de empresários nacionais e internacionais (discurso de 12 de junho de 2003 no Conselho Empresarial Brasil-EUA, em Washington). Além das vantagens locais competitivas, o governador assegura políticas pró-mercado, infra-estrutura moderna e um histórico de responsabilidade fiscal e respeito às regras e aos contratos.

O Ceará lida hoje melhor com os recorrentes problemas das estiagens e já pode garantir o abastecimento da água para o consumo humano, da indústria e da irrigação, mercê de uma política de gestão das águas, acoplada à construção de barragens e à integração de bacias hidrográficas, afirma o governador.

O turismo tem sido explorado como um poderoso indutor do crescimento regional. O fluxo de turistas vem aumentando. O turismo já representa 8,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003.

Dedicado à vida pública desde os 27 anos, com experiência como administrador público e como parlamentar (deputado federal e senador), Lúcio Alcântara exerce a chefia do Poder Executivo cearense em harmonia com o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Mantém uma parceria extremamente proveitosa com o governo federal. Procura promover o desenvolvimento em todas regiões do estado para melhorar a qualidade de vida nos municípios.

Em sua campanha eleitoral para governador, não defendeu propostas inexecutáveis. As propostas converteram-se no seu plano de governo, alicerçado em quatro eixos estratégicos: I) o Ceará empreendedor; II) o Ceará da vida melhor; III) o Ceará da integração econômica, social e regional; e IV) o Ceará a serviço do cidadão.

Condizentes com o perfil do governador, como intelectual e político, os eixos estratégicos enfocam a redução da pobreza; a expansão da renda e do emprego; a diminuição das desigualdades de renda entre as pessoas e as regiões; a promoção do uso sustentável dos recursos naturais; e a melhoria geral na qualidade de vida. Sob o signo da cearensidade, todas as ações revelam preocupação com a identidade, a diversidade e a auto-estima dos cearenses.

Lúcio Alcântara, a entrevista

Liberto temporariamente dos tons pastéis que veste em dias de trabalho, Lúcio Alcântara combina uma velha camisa vermelha de gola pólo com calças de moletom azul e listas brancas laterais. Tem os pés enfiados em sandálias caseiras enquanto caminha pelo amplo apartamento onde mora com a mulher, Maria Beatriz, que divide com ele o gosto pela Literatura e a paixão pelos livros.

No escritório do dono da casa, refúgio ocasional para breves horas de ócio, centenas de volumes ocupam filas duplas de estantes já abarrotadas, perfilam-se silenciosos na mesa de trabalho e disputam cada palmo de superfície com as peças de decoração. Alcântara explica que a falta de espaço levou-o a montar outra biblioteca em um prédio à parte, a poucos metros de casa. Lá, uma bibliotecária empenha-se na catalogação dos mais de cinco mil volumes de um acervo formado por romances, poesia, filosofia, obras sociais e políticas.

Embora a quietação da leitura não combine com o rumorejo constante do fazer político, Lúcio Alcântara construiu desde a infância uma ponte sólida entre os dois interesses. Seu avô Adelino era líder político da região de São Gonçalo. O pai, Waldemar Alcântara, carregava o filho em antigas caravanas sob a bandeira do extinto PSD. Com a mãe, uma enérgica colaboradora do marido, aprimorou o gosto pelos embates partidários.

Quando cresceu, o único menino entre três irmãs, quis ser almirante e formou-se médico, mas acabou prisioneiro do DNA familiar. Foi secretário de Saúde, deputado federal constituinte, prefeito de Fortaleza, senador e, agora, governador do Ceará. No exercício do poder, desenvolveu sua maneira de tomar decisões, baseado em temperamento, estratégia e formação. Não é um homem de extremos.

Amigos apressam-se em atribuir-lhe como características principais a capacidade de conciliar ânimos, a disposição ao diálogo e a prudência nas opiniões. Os desafetos não se rogam em admitir duas marcas lucistas: urbanidade e transigência, com todos os seus sinônimos correlatos: cordialidade, tolerância, afabilidade e polidez.

O homem que sempre privilegiou o diálogo esparrama-se à vontade na espreguiçadeira de casa e não se constrange ao falar, mantendo o tom sereno até quando toca em assuntos supostamente penosos, como derrotas políticas, ou definitivamente difíceis, como a morte de sua mãe, poucos dias depois de ser eleito governador do Ceará.

O balanço da vida profissional, entremeado por lembranças pessoais e reminiscências de infância e juventude, surge bem-articulado, no esteio de uma memória poderosa para nomes e datas. Cortinas cerradas escondem a luz da manhã de sábado, diminuindo o escritório e isolando os ruídos que vêm da Avenida Antônio Justa. Alcântara resiste ao uso de jargões políticos. Os pensamentos irrompem “descascados”, fluidos, sem afetação.

Ao fim da entrevista, resolve mostrar sua biblioteca, contígua ao apartamento. Atravessa a rua com as mesmas sandálias e calças folgadas de ginástica. Sob o sol do meio-dia, acena para os carros que buzina (“Governador, para onde vai?). Na biblioteca, os livros se multiplicam, divididos por temas e autores.

O dono de tantas folhas perscruta as prateleiras e diz não ter a pretensão de ser um colecionador de obras raras, mas aponta com orgulho pequenas preciosidades: *Plantas Úteis das Matas de Portugal* (João de Mendonça, 1887), *Phrases e Phantasias* (Clóvis Beviláqua, 1894) e *Finalidade do Mundo* (de Farias Brito, 1894). Perto de livros portugueses do Século XVIII avista-se a primeira edição de *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, publicado em 1930. Antes de sair, Lúcio Alcântara comenta que seu acervo foi montado despretensiosamente, como aliás muitas outras coisas em sua vida.

CLAUDIA ALBUQUERQUE
e EDILENE DANTAS



Uma vocação anunciada

Eu vivi a minha infância e juventude basicamente num ambiente de políticos, mas acredito que esse fato não teve uma influência impositiva na minha vida, pois, em momento algum, eu me senti induzido ou orientado para tomar o caminho que acabei tomando. Ao mesmo tempo, é lógico que esse ambiente familiar me influenciou.

Meu avô Adelino, pai da minha mãe, era político. O meu pai, Waldemar Alcântara, também era político. Foi deputado, secretário de estado, senador, vice-governador e governador, além de médico.

Só que, diferentemente dos casos em que a família se empenha em predeterminar o caminho do filho, no meu, essa escolha se deu naturalmente. Meu pai era um dos líderes do PSD no Ceará, depois foi líder da Arena e do PDS. Eu costumava acompanhá-lo, ainda menino, para comícios e eventos na sede do partido, no interior e em viagens de grandes comitivas. Além disso, sabia tudo sobre as atividades partidárias e eleições políticas de São Gonçalo do Amarante, cidade onde minha família tem raízes.

Existe uma foto minha, menino ainda, discursando em Fortaleza. Eu não tinha mais que 12 anos, mas lembro bem da ocasião. Resolveram me botar para falar; eu subi numa mesa e fiz um discurso criticando ferrenhamente a UDN. Como disse, éramos do PSD. No nos-

so grupo estavam o doutor José Martins e o jornalista Dorian Sampaio, que foi chefe de gabinete do meu pai no tempo em que ele assumiu a Secretaria da Educação e Saúde. O Dorian, inclusive, me deu uns conselhos políticos no fim do dia. Ele e meu pai tinham uma relação muito próxima. Eram compadres.



***AINDA** menino, Lúcio Alcântara já acompanhava o pai nas reuniões e nos eventos patrocinados por seu partido, o PSD, e debutou no palanque num discurso atacando os adversários da UDN. Era o início de uma longa e vitoriosa carreira*

No meio de tudo isso, eu acho que era a minha mãe, Maria Dolores, quem tinha mais instinto político. Ela gostava de participar, aconselhar e dar opinião e era uma pessoa muito sociável, uma mulher ativa, presidente das Pioneiras Sociais e da Rede Feminina do Instituto do Câncer do Ceará.

Foi uma grande companheira para o meu pai. A maior satisfação dela era organizar reuniões políticas e abrir a casa para as pessoas do partido. Quando alguém se exaltava, ela levava para outra sala, oferecia suco de cajá, maracujá ou manga e balinhas de café.

Minha mãe também vivia ao telefone, resolvendo problemas para os que buscavam ajuda: internações urgentes, exames, consultas, remédios, mil pedidos. Luíza, minha irmã, lembra sempre que nós não tínhamos privacidade. De manhã cedo, já tinha gente lá em casa. Na hora do almo-



OS PAIS, *Dolores e Waldemar, tiveram grande influência na vida de Lúcio Alcântara. Sempre ligados à política cearense, eles acostumaram o filho à convivência com os principais líderes do estado*

ço, a mesa era sempre cheia; tinha os protegidos, os agregados, os aparentados, os pedintes, uma quantidade flutuante de comensais.

Muitos políticos freqüentavam a nossa casa, onde aconteciam longas conversas com os partidos aliados, com os deputados, com os membros do diretório. Eu me lembro muito do Menezes Pimentel e do Martins Rodrigues, ambos do velho PSD. Depois de 1964, eu citaria o Paulo Sarasate e o Virgílio Távora.

Também me recordo que nas eleições de 1960 para presidente da República, o marechal Henrique Teixeira Lott, com aquele jeito sempre muito austero, muito rígido, veio fazer campanha no Ceará e ficou hospedado conosco. Da minha infância mais remota, lembro das visitas de domingo que os meus pais faziam ao Parsifal Barroso, então um jovem deputado, e ao deputado Osiris Pontes, pai do hoje senador Luiz Pontes. Eles eram pessoas muito próximas, inclusive do ponto de vista pessoal, de relações familiares.

Como o doutor Menezes Pimentel, que era senador e presidente do PSD, passava muito tempo na capital federal, todo o comando do partido era dado por meu pai, então vice-presidente. De modo que eu devo ter recebido uma influência inconsciente do meio em que vivi, mas nunca considerei deliberadamente a possibilidade de ser político.

Eu acabei me transformando num político pela via executiva, porque fui convidado em 1971, aos 27 anos, para ser secretário de Saúde do estado, pelo então governador César Cals, e, a partir daí, tive que me dedicar muito à administração pública e ao relacionamento com os políticos. Talvez, se eu não tivesse assumido esse posto tão cedo, eu nem entrasse para a vida pública, porque, inclusive, gostava muito da minha atividade profissional, médico que era, e estava construindo uma carreira acadêmica como professor assistente da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Infância e vida escolar

Eu nasci em Fortaleza, na Rua 24 de Maio, pertinho da Duque de Caxias, no Centro da cidade, mas, com poucos meses de vida, me mudei com meus pais para a Avenida Bezerra de Menezes, onde ficamos numa casa de esquina, a número 711, no lado esquerdo do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Depois de alguns anos, nós fomos para uma casa que meu pai fez, a de número 549, que ficava na esquina do lado direito do CPOR. De maneira que eu morei a vida inteira na Avenida Bezerra de Menezes. Saí de lá para casar.

Nascido em Fortaleza, tive também uma vivência muito grande em São Gonçalo do Amarante, onde tenho raízes tanto por parte de mãe quanto de pai. Meus pais, que eram primos legítimos, nasceram e viveram lá, e estudaram numa das únicas escolas que havia, cujo nome não sei bem.

Como era costume entre os rapazes de melhor situação econômica, meu pai saiu do interior para estudar em Fortaleza, e depois foi para Salvador, porque não existia faculdade de Medicina aqui. Minha mãe, que se formou professora, também estudou na capital, se não me engano, no Colégio das Dorotéias.

Mas eles nunca perderam os vínculos com São Gonçalo. Meu avô Raimundo Nonato, o Doca Paraíba, chegou à cidade quando o lugar ainda se chamava Anacetaba. Ele nunca quis sair de lá, diferentemente do meu avô Adelino, que tinha uma casa em Fortaleza. São Gonçalo era bem pequena. Eu costumo dizer que a cidade naquela época tinha uma praça, uma igreja e poucas ruas, sendo que de um lado ficava a casa dos pais da minha mãe e, do outro, a casa dos pais do meu pai.



A INFÂNCIA tranqüila foi marcada pelos passeios e pelas freqüentes visitas, com os pais e as irmãs, à cidade de origem da família, São Gonçalo. Lá, Lúcio encontrava os primos e participava das brincadeiras típicas do interior

NA CASA de Fortaleza, Lúcio viveu toda a infância e a adolescência e só saiu para casar. Foi um tempo bom e que deixou muitas recordações no político, que, nas horas de folga, costuma passear pelo bairro onde cresceu



Quando meu pai voltou da Bahia, morou três anos em Quixadá, onde iniciou o exercício da Medicina, e logo depois estabeleceu-se como médico em Fortaleza. Nós, os filhos, mantivemos os laços com o interior, onde passávamos os feriados mais longos e todas as férias. Tivemos toda aquela experiência de banho de rio, banho de lagoa e brincadeiras com primos. Fazíamos o que então se chamava “dramas”, encenações de teatro, pastoris. Em cidade pequena, todos os vizinhos são conhecidos, e todos os conhecidos são parentes.

Eu gostava de andar de bicicleta, mas minhas irmãs lembram que um dos meus passatempos era improvisar discursos, com latas de manteiga servindo de microfone. Sabe como é? É só fazer uns furinhos na lata e colocar um cordão amarrado. Então, eu tive uma infância muito alegre, com um traço rural que ficou em mim, que permanece vivo até hoje, embora a minha existência tenha sido essencialmente urbana.

Estudei primeiro numa pequena escola pertinho da minha casa, em Fortaleza, na Rua Conrado Cabral, que era ali no bairro do São Gerardo. Minha professora era a dona Marieta Bezold Saunders, que ainda é viva. Nessa escolinha, chamada Externato Catarina Labouré, eu aprendi a ler, fiz as “primeiras letras”, como se dizia.

Depois, fui para o então Ginásio Farias Brito, concluindo o curso primário e começando o ginásial. Lembro de muitos colegas: o Luciano Pinheiro, que é médico obstetra e professor da Faculdade de Medicina; o irmão dele, o Lúcio Pinheiro, que foi funcionário do Banco do Estado; o Maurício Benevides, que também é médico; o João Soares, empresário; o Cláudio Benevides Pamplona, astrônomo. E muitos outros de que recorro com saudades, vários em plena atividade.

Após o Ginásio Farias Brito, eu entrei no Liceu do Ceará, onde fiz o curso científico e estudei três anos. Desses três anos, dois foram durante o dia e um terceiro à noite, porque eu queria mais tempo para me preparar para o vestibular da faculdade de Medicina. A experiência no Liceu foi valiosa para mim. Era tanta gente querendo estudar lá, e não havia vagas para todos. Acabava entrando um pequeno grupo, mas um grupo eclético. Sem falar do peso histórico do local, já que grandes intelectuais

OS TEMPOS *de adolescência foram de diversão e muito estudo e marcaram, no Liceu, os primeiros contatos com pessoas que não eram do mesmo meio social do jovem que sonhava em se tornar almirante*



cearenses passaram por lá, como o Clóvis Beviláqua, Farias Brito, Raimundo Girão, Gustavo Barroso, Rodolpho Theófilo e Jáder de Carvalho. Também o maestro Eleazar de Carvalho estudou no Liceu.

O Liceu era, portanto, uma escola de referência, um padrão de ensino, com professores excelentes que depois vieram a integrar o quadro de docentes da Universidade Federal do Ceará (UFC), fundada em 1955. Estudar no Liceu foi muito bom para mim, porque convivi com pessoas de diferentes classes sociais, o que não aconteceria numa escola particular.

Lá, tinha gente de classe média, filhos de profissionais liberais, mas também meninos humildes, muitos vindo do interior, que estudavam em Fortaleza com dificuldades, morando com parentes ou na Casa do Estudante. No turno da noite, essa diferença era mais acentuada ainda, porque muitos dos estudantes trabalhavam durante o dia.

Isso me permitiu comparar a minha situação com a deles. Eu era o que se chamava de estudante profissional, aquele que vivia para estudar; eles, não. Eles trabalhavam, eram balconistas de lojas, empregados de escritórios, do Exército, da Aeronáutica. Lembro que havia muitos cabos

do Exército no Liceu. Chegavam à escola cansados do trabalho do dia, às vezes cochilavam, dormiam na sala de aula.

Muitos venceram, tornaram-se profissionais liberais, empresários, destacaram-se em suas profissões. Enfim, no Liceu eu tive realmente uma amostra da sociedade com as suas desigualdades, deficiências e injustiças.

Nesse tempo, o itinerário dos ônibus era muito limitado. Eu frequentemente voltava a pé para casa, com um ou dois amigos, num calor danado e com aquela farda cáqui do Liceu, uma farda pesada, quente, andando como se nada estivesse acontecendo. Foram tempos que me deixaram boas lembranças.

Sou um homem de fé e procuro conviver com todas as religiões, mas fui criado na religião católica. Quando criança, ia à missa na Igreja de Nossa Senhora das Dores, com toda a família. Depois, mantive a assiduidade na liturgia da Igreja. Frequento muito a Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Continuo indo às missas todos os domingos. Às vezes, rezevo a igreja para conviver também com outras comunidades.

Universidade e liberdade de expressão

A minha militância política universitária foi relativamente pequena, embora eu gostasse de acompanhar, de me informar, de observar todo aquele movimento. Quando aconteceu 1964, criou-se um impasse na Universidade Federal ao se aproximarem as eleições para o diretório acadêmico, e eu fui praticamente procurado pelos dois grupos de estudantes: o que estava sintonizado com a acefalia do diretório acadêmico e o que se achava mais à esquerda do movimento estudantil. Acharam que o meu nome podia ser conciliador, e eu assumi o diretório acadêmico somente nessa condição, mas, assim que pude, realizei eleições e passei o cargo ao candidato eleito.

Foi praticamente uma transição para evitar um conflito que poderia ter repercussões mais sérias dentro do movimento estudantil. Muitos anos depois, o professor Joaquim Eduardo de Alencar, que foi cassado e perseguido pela linha dura do regime militar, deu uma longa entrevista ao jornal *O Povo*, de Fortaleza, em que se refere à atuação que eu tive, inclusive em

defesa dele, protegendo e procurando realmente evitar que fossem cometidas injustiças.

Eu sou um defensor da livre expressão e do exercício pleno das liberdades democráticas, sobretudo da liberdade de imprensa. Claro que é preciso garantir o direito de resposta e zelar pela busca da informação correta, mas sem cercear a liberdade dos jornalistas com medidas intimidativas. Os próprios meios de comunicação têm os seus limites, pois perseguem a credibilidade e se movimentam (ou deveriam) dentro dos parâmetros por ela impostos.

Eu sempre tive uma relação cordial com os jornalistas. Suporto as críticas e aceito os julgamentos desfavoráveis. Nunca quis retaliar, bater boca, criar indisposições. Muitas vezes as críticas são injustas, ferinas e demagógicas, mas fazer o quê? Todo homem público enfrenta ou enfrentará manifestações adversas.

A própria natureza da política favorece a polêmica. Portanto, o meu conselho aos neófitos é simples: mantenham a cabeça fria, deixem que os outros expressem as suas opiniões, tentem ver o que há de verdade mesmo nas apreciações negativas. Quanto às calúnias, acredito muito numa frase que diz que “se tentarmos matá-la, ela continua viva, mas, se a abandonarmos, ela morre de morte natural”.

O que não se pode é tentar impor o silêncio. Isso só gera atraso e mediocridade. Aliás, com o amadurecimento político do País, eu não acredito que a liberdade de imprensa esteja ameaçada. Basta ver a polêmica que se seguiu à idéia do governo federal de criar o Conselho Federal de Jornalismo para “fiscalizar” a qualidade dos meios de comunicação. Não conseguiram o respaldo nem da população nem dos jornalistas, claro.

De almirante frustrado a médico sanitaria

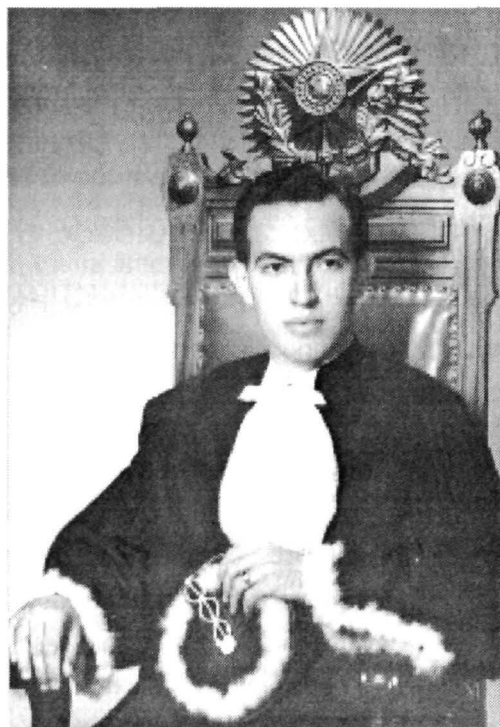
Nada na minha vida aconteceu num estalo, num momento tão específico que eu possa identificar a época, dizer exatamente em que dia ou ano ocorreu. Isso vale para a faculdade de Medicina e para outros caminhos que eu acabei trilhando. Tem um episódio relativo a isso que vale a pena contar. Eu quis ser oficial da Marinha. Quando estava terminando o ginásio, eu comecei a juntar material na intenção de me preparar para o exame do Colégio Naval, mas aí eu percebi que estava com uma certa dificuldade em enxergar de longe. No cinema, precisava sentar próximo à tela; na rua, não via direito as letras de alguns cartazes; coisas assim.

Então, o meu pai falou com o doutor Hélio Góes, um oftalmologista que foi fundador do Instituto dos Cegos do Ceará, para que eu fosse fazer uma consulta com ele. Nessa consulta, descobrimos que eu tinha uma miopia incompatível com o grau permitido pelo manual de instruções e exigências da Marinha. Talvez eu pudesse ser fuzileiro, mas isso eu descartei porque não era exatamente o que eu queria.

Na época, foi um trauma para mim. Fiquei triste, porque eu realmente queria entrar para a Marinha, embora não saiba bem porque me ocorreu esse desejo, essa idéia. Lembro que o doutor Hélio fez um bilhete para o meu pai dizendo: “Waldemar, infelizmente o nosso almirante é míope e vai ter que tentar outra profissão.”

Isso passou, eu esqueci e cheguei à Medicina através de um processo de exclusão. Na minha família, formaram-se muitos médicos: além de mim e do meu pai, a minha irmã Lúcia, uma prima que morava lá em casa e vários outros primos. Agora, mudou. Tem muito arquiteto: a minha irmã mais nova, Lília, minha filha Daniela, meu genro e uma sobrinha.

Na verdade, eu acabei reproduzindo, sem que para isso tenha feito um esforço específico, a carreira do meu pai, na Medicina e na política. Quase todos os cargos que eu ocupei, ele também ocupou, com duas exceções: ele foi deputado estadual, e eu não fui; eu fui prefeito, e ele não foi.



AO SE FORMAR em Medicina, Lúcio Alcântara seguia os passos profissionais do pai, mas, naquele momento, não pensava em se tornar político. Seu objetivo era trabalhar como médico e ser professor

Doutor Waldemar e outros exemplos

Meu pai era o produto típico de uma classe interiorana mais abastada, que teve condições de se formar e escolher uma profissão, no caso dele a Medicina. Era filho de uma das famílias que mantinham as bases do poder político e econômico de São Gonçalo. Ao mesmo tempo, foi um homem extremamente tolerante e reservado, um homem que sempre abominou o uso da força e do arbítrio em qualquer situação, embora tenha tido uma formação política conservadora.

Ele era muito jovem quando eclodiu o Tenentismo, em 1930, e dois anos depois foi estudar na Bahia. Saiu do sertão, vamos dizer assim, e encontrou uma sociedade com setores que exigiam renovações político-sociais. Sabia que os tempos hostis dos desbravadores de terras tinham ficado para trás. Mais tarde, ele sempre soube administrar muito bem os conflitos. *Com Virgílio Távora, participou da famosa União Pelo Ceará, que uniu PSD e UDN, inimigos históricos.*

Ele faleceu em 1990, e a minha mãe em 2002, poucos dias depois da minha eleição para governador. Uma das características mais marcantes dele era o amor pela vida rural. Meu pai adorava o interior, era muito apegado à terra. Quando eu e

minhas irmãs Luíza, Lúcia e Lília éramos pequenos, ele nos colocava no carro e corria para São Gonçalo assim que caía a primeira grande chuva do ano, caracterizando a chegada do inverno. Fosse que dia fosse, no meio da semana, qualquer dia.

Naquela época, a estrada para São Gonçalo ainda era de barro e piçarra, então gastava-se muito mais tempo do que hoje para chegar, mas meu pai não se importava. Ele adquiriu terras, inclusive. Gostava tanto de cuidar delas que, quando foi senador, muitas vezes chegava ao Ceará e ia direto do aeroporto para a fazenda.

Embora fosse um homem ponderado, que procurava superar as dificuldades e vencer as resistências das pessoas, conciliando idéias, meu pai era de uma coragem enorme quando tomava determinadas posições. E isso eu já ouvi de muita gente. Ele tinha uma grande determinação, apesar de ser uma pessoa calma, de uma tranqüilidade exemplar.

Era apaixonado pela Medicina também. Dirigiu em Fortaleza o Serviço de Epidemiologia do Departamento Estadual de Saúde e foi presidente do Centro Médico Cearense, diretor da Policlínica de Fortaleza, do Hospital Sanatório de Maracanaú e superintendente da Campanha Nacional contra a Tuberculose. Teve uma rica vivência como médico no interior, em Quixadá, onde fazia atendimento num posto de Saúde.

Em Fortaleza, esteve entre os fundadores do curso de Medicina da UFC, primeira faculdade do Ceará na área. Ele inclusive deixou um mandato de deputado estadual, em plena vigência, para ser diretor da faculdade, da qual foi também professor emérito e doutor *honoris causa*.

Não me lembro de conselhos políticos diretos que meu pai tenha me dado. Ele me deu conselhos indiretos, por meio do seu exemplo, do seu desempenho, da maneira como se comportava e do modo como se conduzia. Para mim, o que marcou foi isso: a sua conduta. Meu pai não era um homem de chamar alguém e falar: “Faça desse jeito, venha por aqui, siga esse caminho.” Não, ele tinha a experiência e dava o exemplo. O resto eu ia deduzindo.

Além disso, quando eu entrei para o mundo da política, muita coisa já tinha mudado em relação à época dele, e eu precisava me

adequar ao novo momento em que estávamos vivendo. Eu acho que essa capacidade de adaptação talvez seja uma das responsáveis pela minha permanência tão longa na vida pública.

Uma capacidade de adaptação que não é de renunciar a idéias, a princípios, não é de renegar nem os amigos, nem as origens, nem aquilo que realizei como homem público, mas de compreender as mudanças e transformações do mundo, que sem dúvida nenhuma vão exigindo que a pessoa se ajuste. Evidentemente, sem fazer concessões desonrosas, sem abdicar de idéias e princípios.

Recentemente, pouco antes da morte do governador Leonel Brizola, eu fiz uma visita a ele. Todos sabem que eu fui do PDT, partido do qual saí para entrar no PSDB, mas nunca perdi a admiração pelo Brizola nem o respeito por sua trajetória política e seu papel histórico. O Brizola era um homem que tinha aqueles princípios, aquelas idéias, muitas delas já superadas, mas das quais ele não se afastava.

Ele era uma dessas figuras emblemáticas, com grandes virtudes e também com grandes pecados, e que, até por isso, marcam época, como Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas. E, acima de tudo, ele era um líder, um homem que unia o PDT praticamente em torno da liderança individual dele. Então, quando eu deixei o partido, a minha admiração pelo Brizola não diminuiu nem um pouco.

Resolvi visitá-lo, quando não tinha nenhum interesse no seu apoio, nenhuma pretensão política junto a ele, para dizer o quanto foi importante para mim aquela passagem pelo PDT, o quanto eu aprendi com ele e com os companheiros com os quais convivi. Essa passagem pelo partido reforçou as minhas idéias de envolvimento com a área social, com as questões da Educação, da Saúde e dos excluídos.

Conversamos muito, tomamos café juntos na casa dele; ele já no ocaso político, no ocaso da vida também, como viria a se demonstrar poucos meses depois, com a sua morte. Naquele dia, eu quase perdi o avião, porque Brizola sempre foi um homem articulado, falador e envolvente.

Na conversa, que foi muito boa e muito esclarecedora, eu disse a ele: “Olha, agora que eu nem sou do PDT, que o PDT nem me apoiou

formalmente na minha campanha, eu tenho dois secretários que são do partido”.

Então, eu, de certa forma, tive que me ajustar a um quadro político, até para chegar ao poder e realizar, senão todas, pelo menos grande parte das idéias que eu tenho; idéias essas que se inspiraram também no programa do PDT.



O PAI, Waldemar Alcântara, foi o exemplo seguido por Lúcio, que praticamente repetiu a carreira dele. Da conduta de Waldemar, o filho recolheu ensinamentos que procurou aplicar ao longo de sua carreira política

Medicina e política

Quando eu me formei, aos 22 anos, fui para São Paulo. Fiquei lá um ano e meio, mais ou menos, estudando e fazendo estágio. Recebi convites para morar em Botucatu, Campinas e na própria capital, mas eu voltei ao Ceará, porque queria me radicar em Fortaleza, fazer a minha carreira aqui.

A convite do doutor Rocha Furtado, secretário de Saúde do Governo Plácido Castelo, comecei a organizar o Hospital São José, que se dedicaria justamente à minha especialidade, doenças tropicais e infecciosas. Fui o primeiro diretor do hospital.

Resolvi também tentar a carreira de professor. Entrei para a Faculdade de Medicina da UFC, como estagiário inicialmente. Depois, fiz concurso para auxiliar de ensino da disciplina de Doenças Infecciosas e Parasitárias e, finalmente, concurso para professor assistente. Entrei também na perícia médica e trabalhei durante um ano no Inamps, então INPS.

Foi um baque de realidade. Ali, senti o drama das pessoas que sofriam de doenças que não eram consideradas incapacitantes e, portanto, não eram cobertas pelo regulamento. Pessoas que precisavam desesperadamente de uma licença

médica para evitar o desemprego. Ficar mais próximo dessa realidade social foi muito proveitoso para mim, para a minha experiência como cidadão, médico e homem público.

Quando abriram o Hospital Geral de Fortaleza (HGF), fizeram uma seleção para os médicos de lá, e eu fui justamente do primeiro grupo de profissionais que instalaram o HGF e lá trabalharam. Estava levando assim a minha vida, conciliando a atividade docente com as outras, quando fui convidado para ser secretário de Saúde do Governo César Cals, em 1971. Eu aceitei.

Exerci minhas funções da melhor maneira possível, mas houve uma crise política e fui exonerado da Secretaria de Saúde. Saí do governo em 1973 e fui cuidar da minha vida profissional. Voltaria a ser secretário de Saúde em 1975, a convite do governador Adauto Bezerra, de quem o meu pai era vice-governador.



O CONVITE para a Secretaria de Saúde pegou o jovem médico de 27 anos de surpresa e mudou os rumos de sua vida. A partir dali, a política passou a ser a principal atividade, e ele seguiu a vocação familiar

Na época, procurei cuidar do essencial: combate a doenças transmissíveis através da instalação de minipostos, capacitação de pessoal, implantação de um sistema de vigilância epidemiológica e informações estatísticas, ampliação da rede de unidades sanitárias e, principalmente, promoção de um maior entrosamento entre os órgãos atuantes no setor, sobretudo o Ministério da Saúde, o então INPS, as prefeituras e o chamado Funrural.

Claro que eu tinha uma certa ansiedade em mostrar que não estava ali só por ser filho de quem era. Por isso, fiquei muito satisfeito quando o Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa do Estado me elegeu um dos melhores secretários da equipe.

Até que o Aduino saiu, deixando o governo 13 meses antes de terminar o mandato, para se candidatar à Câmara dos Deputados. Com a desincompatibilização de Aduino, meu pai assumiu o governo e, para dar uma ajuda maior a ele, em 1978, tomei a frente da Secretaria de Assuntos Municipais, que corresponderia hoje à Secretaria de Governo ou de Articulação Política. Isso também foi fundamental para mim, porque absorvi tarefas muito amplas no governo.

Até que, quando meu pai encerrou o mandato, eu fui convidado pelo governador Virgílio Távora, que então assumia, para ser prefeito de Fortaleza, cargo em que permaneci de 1979 a 1982, quando me afastei para ser candidato a deputado federal. Depois disso, fui deputado federal constituinte, vice-governador de Ciro Gomes, senador e, agora, governador. No meio de tudo, disputei duas eleições para prefeito de Fortaleza, nas quais não fui bem-sucedido.

Uma delas, que foi a primeira eleição direta para as capitais, disputei com o Paes de Andrade e com a Maria Luíza Fontenele. Fiquei em terceiro lugar, mas bem próximo dos outros dois. Essa eleição foi definida nos últimos dias, com a vitória surpreendente de Maria Luíza. A outra eleição para a prefeitura, eu disputei em 1992 e foi vencedor o Antônio Cambraia, então do PMDB. Eu era vice-governador, me candidatei, e Tasso Jereissati e Ciro Gomes apoiaram o Assis Machado. Fiquei novamente em terceiro lugar.



Perdas e ganhos

Perder não é bom, ninguém gosta, mas temos que estar preparados para isso. Claro que quem concorre quer vencer, mas as minhas derrotas eu absorvi relativamente bem. Não guardei rancores, não alimentei ressentimentos. Inclusive, depois das eleições, eu sempre voltava para agradecer aos que preferiram o meu nome.

As eleições que perdi foram eleições muito duras, em que disputei em condições adversas. Eu havia sido prefeito indireto e fui disputar justamente a primeira eleição direta para a Prefeitura, com o Paes de Andrade, que tinha uma tradição de luta contra o governo militar, e a Maria Luíza, que se revelou uma pessoa de grande aceitação, mulher, jovem, também com uma história de luta contra a injustiça e o arbítrio.

Claro que, num primeiro momento após as eleições, eu fiquei abatido com os resultados, mas logo me recuperei, agradei aos eleitores e a todos os que colaboraram e trabalharam comigo. Isso tanto na primeira como na segunda vez. Eu perdi essas duas eleições, mas não saí delas maculado, vamos dizer assim. Não teve nada que afetasse o conceito que eu havia construído, a minha credibilidade, a minha ética. Nada disso. Perdi porque as circunstâncias e a vontade do eleitor naquele momento eram outras, mas eu não saí fragilizado das eleições que perdi.

E isso acabou sendo muito bom para mim. Eu perdi as eleições para prefeito e logo depois fui um dos deputados cearenses mais votados, tendo, inclusive em Fortaleza, uma votação consagrada. Se houvessem me atingido moralmente, se existisse algo que me comprometesse e viesse à tona na campanha, talvez isso significasse o encerramento da minha carreira política.

Três vezes secretário de Saúde

Eu fui secretário de Saúde três vezes. Então, tive oportunidade de fazer muito pelo Ceará nesse campo. Tanto que quando Tasso Jereissati ganhou sua primeira eleição para governador, em 1986, a doutora Adriana Forti, que participou ativamente da campanha, me disse estar surpresa com a quantidade de realizações minhas na área. Referia-se não só a obras, hospitais, postos, centros de saúde, mas à organização, leis, idéias que se transformaram em regulamentos. Enfim, à organização institucional do setor de Saúde.

Posso citar muitos projetos que levei adiante nessa área: o Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen), uma rede de laboratórios de saúde, o Hospital Infantil Albert Sabin, o Hemoce, nosso hemocentro, que presta grandes serviços à população, o Instituto de Prevenção do Câncer Ginecológico, o Centro de Educação e Recuperação Nutricional, hospitais no interior, muita coisa. Desde o início, como secretário de Saúde do Governo César Cals, eu busquei a descentralização administrativa da secretaria e a interiorização da rede básica de

saúde do estado. Sempre gostei, e gosto, de fazer reuniões periódicas com a minha equipe de trabalho, para ter uma visão em conjunto do desenvolvimento dos planos propostos, dando espaço para a crítica e a correção das deficiências.

Acho que é um recorde, uma pessoa que foi secretário de Saúde três vezes em três governos distintos, embora o Anastácio Queiroz, que foi secretário do Tasso, somando tudo, tenha ficado mais tempo do que eu, porque assumiu em dois governos que se alongaram por oito anos. Eu fiquei pouco mais de seis anos como secretário, mas com três governadores distintos.

Mais tarde, no Senado, lutei muito pelo aprimoramento do sistema público de Saúde, uma dor-de-cabeça à espera de um remédio eficaz. Ao mesmo tempo, criei leis de proteção aos usuários dos planos privados de atendimento. Uma das maiores e mais longas lutas de que participei na área da Saúde foi em prol da implantação do Hospital Sarah Kubitschek em Fortaleza. Essa luta começou no final dos anos 1980, quando eu era deputado federal, e se alongou por mais ou menos dez anos, quando eu era secretário de Saúde e vice-governador do Ceará. Na época, reivindiquei a desapropriação da área em que seria instalado o hospital. A inauguração oficial do Sarah Fortaleza foi em 2001, quando eu já era senador.

Planejamento e prefeitura

Há técnicos com sensibilidade política, assim como políticos dispostos a esquadriñar questões de natureza técnica. Quando passo por cargos de direção, coisa que estou fazendo também agora no governo do estado, eu me preocupo muito com a organização institucional. Falo do sistema de planejamento, do sistema de administração e do sistema de controle da administração.

Na Prefeitura de Fortaleza, eu persegui essa organização, esse planejamento. Uma das coisas daquele período que me orgulha até hoje é a criação da Superintendência de Planejamento Municipal (Suplam), que foi entregue ao arquiteto Airton Ibiapina.

Quando ainda não havia sido indicado oficialmente à Assembléia Legislativa para ocupar o cargo de prefeito, eu chamei o Airton e nós fizemos uma viagem. Visitamos o prefeito de São Paulo, Olavo Setúbal, o prefeito do Rio, Israel Klabin, e o prefeito de Curitiba, Jaime Lerner.

Fiz essa viagem para conversar, conhecer, alargar horizontes. Tivemos encontros com os secretários, os assessores, as pessoas envolvidas na administração, aprendendo com as experiências, colhendo idéias, buscando saídas para

problemas que sabíamos que iríamos enfrentar. Em São Paulo, perguntei ao Olavo Setúbal, que estava terminando o período dele na prefeitura: “Doutor Olavo, se o senhor tivesse que dar um conselho curto e rápido a um prefeito, o que o senhor diria?”.

Ele me respondeu o seguinte: “Olha, eu fiz muitas transformações urbanas em São Paulo, centros culturais, hospitais etc, mas aquilo que a população humilde mais deseja, e que tem o maior efeito, é pavimentação de rua e extensão de rede de energia elétrica”. Nós estamos falando de um período que já vai muito distante. Estamos falando de 1978, 1979. Então, muita coisa mudou, mas o conselho dele ainda faz sentido.

NOMEADO
prefeito, Lúcio Alcântara superou as desconfianças iniciais e procurou caracterizar sua administração pela profissionalização e pelo planejamento das atividades para evitar desperdícios e descontinuidade



Na época, havia a cultura, sobretudo nos governos militares, de prefeitos que eram engenheiros, como o Vicente Fialho, o José Walter Cavalcante. E, de repente, aparece um prefeito médico. Isso causou uma certa desconfiança. Além do que, com a escolha do meu nome para prefeito, outras pessoas que sonhavam com o cargo foram preteridas. Então, eu percebi uma expectativa não muito favorável em relação ao meu desempenho na Prefeitura de Fortaleza.

Prefeitura de Fortaleza

A partir dessas experiências, sobretudo da de Curitiba, nós criamos a Superintendência de Planejamento Municipal (Suplam), que integrava o planejamento de todos os órgãos da prefeitura: Saúde, Educação, Obras, o que fosse, além de ter um controle sobre o planejamento urbano.

A Suplam nasceu desse esforço especial pelo aperfeiçoamento da estrutura administrativa no campo do planejamento, fundamental para o desenvolvimento da cidade. Era um órgão que não se limitava a dar licenças para construções (isso era com a Secretaria de Urbanismo), mas influenciava no planejamento mesmo de Fortaleza.

Sabemos que grandes equipamentos, como shopping centers e supermercados, quando são inaugurados, mudam toda a realidade local. Então, a Suplam atuou como um importante instrumento administrativo na implementação de programas de investimentos e na proposição de dispositivos institucionais para o aprimoramento da organização territorial.

A experiência foi altamente positiva, com grandes resultados. A minha administração talvez tenha se caracterizado, do ponto de vista de quem se lembre dela, pela minha preocupação com a criação de grandes espaços urbanos, áreas de re-

criação, parques e lagoas. Buscamos um equilíbrio entre o espaço ocupado e o espaço livre de domínio público para o lazer, com a ampliação efetiva dessas áreas.

Além de contribuir para a preservação ecológica, esse conjunto de parques tinha um caráter socializante, pela sua distribuição espacial regular, nos mais diferentes pontos da cidade. Trabalhamos na urbanização de lagoas, do Parque do Cocó, Parque da Lagoa do Opaia, Parque do Alagadiço, Parque da Lagoa da Parangaba, Parque Pajeú, Bosque Presidente Geisel, além do Pólo de Lazer da Barra do Ceará e das etapas II e III da Beira-Mar.

Eu posso afirmar que ser prefeito de Fortaleza me deu muito prazer, porque eu pude realizar obras e ações que interferiram diretamente na qualidade de vida dos moradores. Dentro do espírito de aprimoramento organizacional da Prefeitura, criamos também a Procuradoria Geral do Município.

Uma coisa que às vezes me magoa no serviço público, mas que eu aceito porque é uma realidade que não se muda de uma hora para a outra, é a descontinuidade. Não que eu tenha – isso seria muito insolente da minha parte – de achar que tudo o que eu fiz era melhor e estava certo. Mas acho que fiz coisas boas, que poderiam até ser melhoradas, e, no entanto, algumas foram simplesmente destruídas.

Não me refiro só a obras, mas ao sistema organizacional. A Suplam, por exemplo, tão importante para uma melhor gestão e um maior controle sobre a cidade, acabou sendo abandonada. Mas, enfim, isso é da vida. A gente não pode se lamentar. Toda a minha experiência frente à prefeitura ficou registrada num livro, que é muito mais que um relatório e que é, inclusive, disputado hoje por arquitetos, professores universitários, estudantes e acadêmicos, porque eu procurei fazer mais que uma mera descrição do que foi realizado. Fiz uma inserção da minha administração no contexto histórico e político de Fortaleza.

Virgílio Távora

Recebi muito apoio do governador Virgílio Távora. No início, enfrentamos muitos problemas, como eu disse, porque eu não era o único que queria ser prefeito. Dentro do grupo político do próprio Virgílio Távora, havia correntes que preferiam outros nomes e não o meu.

O Virgílio foi um dos maiores amigos que o meu pai teve. Os dois trabalharam juntos no governo do Ceará e estiveram juntos em Brasília como senadores. A minha mãe também era amiga de Virgílio e de dona Luíza Távora, e vice-versa. Tinham uma amizade muito estreita. Então, eu entrei na Prefeitura nesse contexto: indicado por Virgílio Távora.

Aqui eu faço um parêntesis. O meu pai havia encerrado a carreira política. Terminou o governo, ele ficou fora, já estava idoso e doente. Então, ele não mais se envolvia diretamente na militância política. Ele tinha um escritório e ia sempre lá, informava-se do que ocorria, acompanhava as novidades, mas não estava em atividade política.

Eu tinha saído do Governo César Cals porque, em um determinado momento, o governador teve uma política antagônica à do grupo de Virgílio Távora. Já na prefeitura, esbarrei com muitas ciúmeiras e restrições. No governo, tem muita intriga, muito fuxico, muito disse-não-disse.

Um dia, eu resolvi provocar um encontro com o governador e o Moacir Aguiar, que era o secretário de Administração na época, e uma pessoa da total e absoluta confiança de Virgílio. No começo, o Moacir não demonstrou muito entusiasmo em ir.

Aí, o governador Virgílio Távora marcou o almoço, em que estávamos, além dele, somente eu e o Moacir Aguiar. Foi quando eu falei pra ele: “Olhe governador, nós temos que esclarecer essa situação, porque as circunstâncias exigem uma afinidade política e administrativa muito grande e, do jeito que as coisas vão, não está sendo bom para o senhor nem para mim nem para a cidade de Fortaleza”.

O grupo, ou parte do grupo do então governador Virgílio Távora achava que eu era muito ligado ao ex-governador Aduato Bezerra. Tinha aí um certo ciúme, uma ponta de intriga, essas manifestações comuns na política.

Continuei falando para o Virgílio, na reunião a que me referi: “O senhor cumpriu o compromisso de indicar o meu nome, mas desse jeito nós não podemos continuar. Então, vamos esclarecer: tem alguma coisa que precisa ser revista, algum problema que a gente possa resolver, onde é que está havendo dificuldades?”.

Tivemos uma conversa muito sincera, muito franca, e, a partir daí, estabelecemos um excelente convívio administrativo. Virgílio realmente me ajudou muito. Sem a ajuda dele, eu certamente não teria conseguido fazer a administração que fiz.

Também contei com a colaboração de uma pessoa de dentro do governo, com a qual inicialmente eu não tinha maior proximidade, mas que se tornou meu amigo, o Aécio de Borba. Ele, que era um homem da absoluta, total e completa confiança do governador Virgílio Távora, atuou também como uma espécie de coordenador do governo. Então, tirando os primeiros meses da minha administração, Virgílio Távora e eu tivemos um convívio altamente proveitoso para a cidade de Fortaleza.

Sem dúvida nenhuma, Virgílio foi um grande homem público. E é preciso sempre lembrar isso, porque, às vezes, nós temos a tendência de esquecer o que foi feito antes de determinadas pessoas e períodos. Claro

que as circunstâncias, o momento, o talento e a aptidão do administrador levam um governo a dar destaque a isso ou àquilo, mas o Virgílio foi o pioneiro no planejamento administrativo. O primeiro governo dele foi um governo com planejamento, elaborado por uma equipe coordenada pelo Hélio Beltrão, e aquilo era uma novidade no Ceará.

O Virgílio foi um homem que procurou afastar a influência política nas secretarias da Fazenda e da Segurança. E também ele foi o homem que começou o processo mais recente de industrialização do Ceará. Com a criação do distrito industrial, várias empresas vieram para cá. Com habilidade política e com a proximidade que mantinha com o então presidente João Figueiredo, Virgílio trouxe a energia de Paulo Afonso para o Ceará.

Acredito que, apesar de ter sido o que os cronistas políticos chamam de um coronel, Virgílio possuía as qualidades de um grande administrador: espírito combativo, sensibilidade humanística e firmeza de propósitos. Hoje, essas grandes figuras estão desaparecendo.

Uma cidade e seus problemas

Fortaleza cresceu demais. É hoje uma cidade grande, mas ainda com muita pobreza e uma população de renda baixíssima, com um índice elevado de desemprego. Com seus 700 mil favelados, é a capital de um dos estados mais pobres do País. Isso gera uma série de distorções. No setor de moradia, por exemplo, há deficiências tanto no número de casas quanto na qualidade da habitação e no uso inadequado do solo.

A renda da cidade é desproporcional ao seu tamanho e, portanto, às suas necessidades. Não quero que soe como uma crítica ou uma restrição aos meus sucessores, mas o fato de se ter abandonado um planejamento rigoroso, com mais respeito à preservação de espaços públicos e áreas de lazer, colaborou muito para a situação que nós estamos vivendo hoje. Situação, aliás, que não é só de Fortaleza, mas praticamente de todas as grandes cidades brasileiras.

Aqui, entretanto, houve um período em que nós poderíamos ter amenizado esse futuro que terminamos encontrando, mas, quando podíamos, não fizemos muito para que tal se desse. É isso o que eu lamento. É uma impressão, claro, muito pessoal. A rejeição de instrumentos de planejamento e um certo

descaso com essa área terminaram agravando mais ainda os problemas da cidade, e isso em todos os setores que você possa imaginar: transporte, urbanização, moradia, meio ambiente, patrimônio público, saneamento.

O crescimento urbano é espontâneo, mas não precisa ser anárquico. E precisa ser responsável, como diria Ítalo Calvino: “Iremos ao encontro do próximo milênio sem esperar encontrar nele nada além daquilo que seremos capazes de levar-lhe.”

Diálogo com arquitetos

Eu tive um diálogo intenso com arquitetos e urbanistas numa época em que as circunstâncias políticas dificultavam o diálogo. Quando assumi a prefeitura, criamos o Fórum Adolfo Herbster, que era um fórum de debates, realizado anualmente, sobre temas fundamentais para o planejamento da cidade.

Eu lembro que num ano nós discutimos o plano diretor de Fortaleza; em outro ano discutimos a preservação do espaço natural em áreas urbanas; e, finalmente, tratamos de transporte coletivo, um tema até hoje explosivo. Juntávamos todo mundo no Fórum Adolfo Herbster. A federação de bairros e favelas, os arquitetos e várias organizações iam lá para discutir com representantes do Poder Público federal, estadual e municipal, que nós convidávamos.

Eram dois, três dias de debates. O interessante é que antes de organizar o fórum seguinte, eu fazia um levantamento do percentual de sugestões que a prefeitura tinha aceitado e transformado em realidade. O índice era altíssimo. Chegava a 80%. Eu me orgulho disso.

Nós criamos também o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Condema), com representantes da sociedade, que podiam opinar, sugerir, apontar falhas sobre ques-

tões referentes ao equilíbrio ecológico e ao combate à poluição ambiental. Um outro conselho, também com representantes da sociedade, estudava aqueles equipamentos de grande porte, como grandes supermercados, para que a instalação desses equipamentos se desse com o mínimo de transtorno e incômodo para a população. O comitê tinha representantes da prefeitura e do povo, que avaliavam e sugeriam ajustes necessários ao projeto.

O Parque do Cocó foi resultado do acolhimento a uma mobilização da sociedade, através da Sociedade Cearense pelo Meio Ambiente (Socema). Na época, o presidente do Banco do Nordeste, Nilson Craveiro Holanda, queria construir o centro administrativo do banco naquela área verde. Houve uma reação contra essa intenção, embora o banco alegasse que ajudaria a preservar o meio ambiente.

A Socema defendia a idéia de se fazer ali um parque. Então, um dia, eu estava chegando em casa para almoçar, e o pessoal da Socema me esperava na calçada. Lembro bem do Flávio Torres e do Joaquim Feitosa, este já falecido. Eles queriam me convencer e me mostrar a importância ecológica da área.

Eu ainda nem tinha assumido a Prefeitura de Fortaleza; o meu nome era só uma especulação. De maneira que ouvi o que eles tinham a dizer e garanti: “Olha, se realmente acontecer de eu ser prefeito, eu vou tratar disso com todo o carinho.”

Quando eu passei a ter certeza que o meu nome iria ser sugerido, eu me preparei para executar alguns projetos assim que chegasse à prefeitura, e um deles era a implantação do Parque do Cocó. Os outros foram o pólo de lazer da Barra do Ceará, a Avenida Humberto Monte e o Parque da Lagoa do Opaia. Assim que cheguei ao cargo, começamos a tocar esses projetos, que são fruto da minha capacidade de absorver sugestões, e são anseios populares que foram incorporados ao plano de governo.

Eu sempre me preocupo, quando assumo um cargo, em perguntar: quais são os projetos que estão aí? O que é que existe? O administrador público brasileiro tem o mau hábito de querer deixar uma marca sua, pessoal, às custas da descontinuidade, prejudicando a população. Isso não tem sentido!

Se os projetos que estão aí são bons, e já estão feitos, vamos tocar! Vamos fazer o que o antecessor não teve tempo, continuar o que é bom. Eu faço isso e ganho um tempo enorme, porque o período de governo é muito curto e, se você não agir rápido, não consegue realizar o que deseja.

Meio ambiente

Eu sempre me preocupei muito com as questões ecológicas. Quando prefeito, procurei institucionalizar mecanismos de proteção ao meio ambiente, além de desapropriar áreas especiais de preservação paisagística, definidas na legislação do Plano Diretor, para implementação de parques urbanos. Quando senador, participei da elaboração da Lei de Proteção Ambiental. Os ambientalistas ganharam muita força nos anos 1980, com a redemocratização do País e a convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

Na época, o Fábio Feldmann (PMDB-SP) foi eleito com a plataforma de defender o meio ambiente na Constituição; ele era um militante ambientalista. Antes, quem falava em defesa do ecossistema era visto como excêntrico. Tratava-se de uma novidade sem raízes no caldeirão da política nacional, como lembra a professora Maristela Bernardo, especialista na área.

Aos poucos, o meio ambiente foi se firmando como um tema essencialmente ético e pluripartidário. É claro que bem antes disso, lá pelos anos 1970, o governo federal criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente, que estabeleceu boa parte

da legislação de proteção ambiental do País, até a implantação das normas constitucionais específicas para o setor.

O Ceará é um estado que tem quase a totalidade das suas terras situadas no semi-árido brasileiro, com uma vegetação rasteira típica da caatinga. Nós costumamos pensar na caatinga como um sistema marcado pela escassez de recursos, com raras espécies vegetais e uma fauna bastante reduzida.

É um equívoco. Esse ecossistema tem espécies que só existem no Brasil, espécies que representam um patrimônio biológico de enorme valor. Os estudiosos estão catalogando novos exemplares de plantas e animais, muitos deles já ameaçados de extinção, como as onças, gatos-selvagens, veados-catingueiros, capivaras e ararinhas-azuis.

Um decreto presidencial de 2003 instituiu o dia 28 de abril como o Dia Nacional da Caatinga. Em 2004, o Dia Nacional da Caatinga foi comemorado com a assinatura do decreto que institui o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga.

O Ceará foi o pioneiro na criação do comitê, que vai coordenar a implantação da reserva da biosfera da caatinga no estado. Com a instituição desse mecanismo, nós poderemos criar reservas e parques, além de investir em novos estudos científicos, dando maior ênfase à preservação da caatinga.

Deputado constituinte

Foi muito gratificante a minha experiência como deputado federal constituinte, porque tive o privilégio de vivenciar um dos momentos mais ricos e intensos de nosso país, um período de reabertura e redemocratização do Brasil. Em 1986, nós, deputados e senadores eleitos, fomos convocados para participar da Assembléia Nacional Constituinte, que, no ano seguinte, iniciou a longa e controversa elaboração do atual texto da Constituição.

Apesar das lacunas e das imprecisões de seu texto final, que encaro como uma colcha de retalhos dos interesses do País, certamente a Constituição de 1988 é a mais democrática que o Brasil já teve. O texto traduz a soma das necessidades e aspirações de todos os setores da vida nacional. Basta lembrar que 122 emendas populares foram submetidas à apreciação da Assembléia.

Subscrevi emendas relativas à administração da Previdência Social, à garantia do valor real das aposentadorias, ao sistema unificado e descentralizado de saúde e assistência social. Participei da Comissão de Organização dos Poderes e fui autor da emenda que obriga os parlamentares a pagarem

os impostos gerais, inclusive o de renda. Fiz parte do chamado Grupo de Consenso. Lá, tínhamos representantes de vários partidos e éramos responsáveis por destrinchar os artigos mais polêmicos e espinhosos.

Também sugeri dispositivos relacionados ao controle dos agentes de poluição, ao fomento da educação ambiental e à obrigatoriedade de recuperação do meio ambiente pelas mineradoras. Trabalhei incansavelmente para que os 18 dispositivos destinados a assegurar a defesa da natureza e o combate à poluição fizessem parte dos vários capítulos da Constituição.

Ao mesmo tempo, defendi assuntos de interesse dos trabalhadores e pequenos empresários, como a criação do Fundo de Apoio à Microempresa, que garantia à microempresa linhas de crédito compatíveis com sua capacidade de pagamento, já que os altos juros na época impediam o acesso dos microempresários aos empréstimos bancários.



A ESTRÉIA na vida legislativa foi como deputado federal num momento em que o País passava por mudanças institucionais. Lúcio Alcântara participou do Congresso Constituinte, atuando na área de Saúde, da Previdência e do Meio Ambiente

PDS
Deputado Federal
LÚCIO ALCÂNTARA
Nº 119

O convívio com a cidade

Com todos os seus problemas, Fortaleza é uma cidade cativante, aprazível e acolhedora. Tem uma maravilhosa simplicidade e uma beleza luminosa. É o local onde vivi a maior parte da minha vida e que, portanto, integra a minha geografia sentimental, digamos assim. Eu gosto muito de andar nas ruas de Fortaleza.

De vez em quando, vou para o Centro caminhar, ver o movimento, conversar com as pessoas. Passo em um lugar, passo em outro. Às vezes, quando posso, retorno ali ao São Gerardo, bairro onde morei, passeio de carro naquelas ruas, vendo como mudou aquilo tudo, o que aconteceu. Como eu tive uma pequena passagem pelo Colégio Santa Isabel, na fase que correspondia ao jardim-de-infância, eu também gosto de passar por lá. O colégio, aliás, era feminino. Só aceitava meninos no pré-escolar.

O tempo é curto, mas, por uma questão de saúde, costumo fazer caminhadas na Beira-Mar e, aos domingos, com pouco trânsito, arrisco andar de bicicleta. Muito raramente, vou à praia. Até me agradaria ir mais. A minha praia é praia de bebê: gosto de ir cedo e ficar dentro d'água. Adoro banho de mar; fico pouco na areia.

Quando eu era menino, a minha mãe tinha uma doença de pele, um eczema, muito relacionado a situações emoci-

onais. Numa determinada época da vida dela, esse problema assumiu maiores proporções, sendo recomendado pelo médico, para amenizar o eczema, o banho de mar.

Então nós, que morávamos na Avenida Bezerra de Menezes, acordávamos cedinho para tomar banho de mar, ali onde era o Clube dos Diários, naquela quadra perto do Hotel Esplanada de hoje. Esses banhos de mar, muito cedo da manhã, estão entre as recordações mais fortes que eu tenho da minha infância.

Gosto também de freqüentar rodas de amigos e conhecidos para conversar, sempre que sobra um tempinho, mas isso não tem sido muito freqüente. Geralmente, faço esses passeios no sábado de manhã, quando não estou com compromissos de trabalho ou em alguma viagem.

Viajar é uma atividade agradável para mim. Acho até que já gostei mais, mas continuo fazendo questão de ir inclusive a lugares que, em princípio, não têm nenhum atrativo turístico. A gente sempre vê algo novo, inusitado, sempre aprende alguma coisa nas viagens. É um clichê que dá certo. Muito do que eu faço como administrador e político vem das minhas andanças por aí, é fruto da minha experiência e das minhas observações pelo mundo.

Então, as viagens têm um sabor especial, até quando são curtas, daqui para o interior. Por força das minhas obrigações, eu tenho viajado só, mas já viajei muito com a minha família. Há alguns anos, fizemos um roteiro inesquecível pelas cidades mineiras: Belo Horizonte, Mariana, Ouro Preto, São João Del Rey, Tiradentes e Congonhas do Campo.

Eu já tinha ido antes a Minas, e fui muitas vezes depois, mas sempre volto a me espantar com a riqueza dos templos; com a Igreja de São Francisco, em Ouro Preto; com o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas do Campo; principalmente por causa das obras de Aleijadinho e de Manoel da Costa Ataíde. Sou um apreciador da pintura e da escultura barrocas.

Também me interessa por cinema, mas infelizmente vou pouco. Na televisão não é a mesma coisa, porque tem que olhar a programação e nem sempre o horário coincide. Teatro eu também gosto, mas nem me

lembro qual foi a última peça a que assisti. E, aqui em Fortaleza, você não tem uma temporada muito regular de teatro. Isso termina lhe desabitutando a sair de casa para ver uma peça.

Às vezes eu digo: “Hoje eu vou pro cinema, não tem quem me impeça”. Aí, chamo um sobrinho meu para ir comigo, ou então outra pessoa, pois eu não me incomodo de andar só, mas tem gente que acha que o governador não pode andar sozinho. Sei lá por quê?

Tem muita coisa desse ritual de governo que me incomoda, mas às vezes eu tenho que cumprir. Gosto de ser mais informal e não tolero ter que deixar de fazer coisas que eu fazia antes. Até porque as pessoas podem pensar: “Ah, agora ele é importante, não anda mais aqui.” Tem um ditado popular que diz o seguinte: “Quem quiser conhecer verdadeiramente um homem, dê-lhe autoridade.”

Então, eu nunca evito me expor. Pelo contrário, pois, assim como nas viagens, eu aprendo muita coisa no contato direto com a população. Se eu vou a uma escola, falo com os alunos e professores, se vou a um hospital, falo com o pessoal que está ali. Ou na rua, quando alguém que se aproxima de mim e me entrega um papel, um documento, procuro dar atenção.

Eu sempre digo aos meus secretários que procurem ouvir todos os que os procuram, ter o maior número de informações possível, e que levem sempre em conta que nós temos uma missão muito importante: trabalhar para melhorar a vida das pessoas, principalmente do humilde, do mais simples, e isso a gente não pode perder de vista. Tem que ter bem claro a todo momento.

Até porque essas pessoas depositam na gente uma esperança desproporcional a nossa própria capacidade de fazer as coisas. As pessoas acham que se aproximando de mim, me entregando um bilhetezinho, qualquer problema pessoal vai ser resolvido. Não é assim, claro. Mas a carência é tão grande que essas pessoas vêm no governo e, particularmente, na figura do governador, a solução para todos os seus problemas. Então, nós precisamos pelo menos procurar dar o máximo de respostas a essa gente.

SENADO FEDERAL
BIBLIOTECA

Patrimônio: a luta pela preservação

Quando terminei a campanha de 2002 para o governo do Ceará, eu estava exausto, muito cansado mesmo, e precisava tirar uns dias para repousar antes de começar a organização administrativa. Eu não queria ficar no Brasil porque sabia que seria muito assediado, mas minha mulher também não queria ir para muito longe. Então, nós escolhemos o Uruguai: Montevideú, Punta del'Este e Colônia do Sacramento. Ficamos lá uns cinco dias e foi quando vi uma coisa interessante.

No Uruguai, eles comemoram o Dia do Patrimônio. Nesse dia, todos os prédios que são tombados, sejam eles do governo ou de propriedade privada, são abertos ao público. Funcionários treinados prestam informações aos curiosos. As escolas são estimuladas a visitar os monumentos. Também são promovidos concertos e apresentação de corais. É uma festa, enfim. Quando eu visitei a embaixada do Brasil em Montevideú, o encarregado de negócios e a mulher dele foram os primeiros a me falar sobre isso, porque o prédio da embaixada é tombado.

Então, quando eu cheguei aqui e assumi o governo, uma das minhas providências foi criar o Dia do Patrimônio Estadual, que passou a ser comemorado todo dia 30 de julho. Nesse

dia, teremos sempre uma série de ações, como abrir os prédios tombados à visitação e promover a ida de crianças e jovens a esses locais, para despertar-lhes o interesse pelo patrimônio. O objetivo, aliás, não é despertar só o interesse, mas também o amor por esses prédios e o cuidado com a preservação de maneira geral.

Um período muito interessante para mim foi o que passei como conselheiro no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Foi uma atividade que gostei bastante de desempenhar e de que me orgulho muito, porque eu fui o primeiro político, e único eu acho, a integrar o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, que é um conselho de técnicos, de pessoas que têm militância na área cultural, que têm um currículo profissional exuberante em Arquitetura ou em outras atividades correlatas.

Então, considerei a minha indicação para o Conselho como um reconhecimento, um prêmio ao meu interesse pela área cultural. Acho que muita gente viu minha chegada com uma certa desconfiança, mas eu levei aquilo muito a sério, tanto na assiduidade, na frequência, como também na participação, nos debates, discussões, pareceres e relatórios. É um período da minha vida do qual eu tenho recordações muito alegres e positivas.

Como representante da sociedade civil no conselho do Iphan, pude opinar sobre os centros históricos que deveriam receber as verbas e a proteção do projeto Monumenta, desenvolvido em parceria pelo Ministério da Cultura, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Unesco.

É importante preservar nossos monumentos. Áreas historicamente preservadas atraem o turismo. O turismo cria trabalho e gera renda para a população. É simples assim. Mesmo as pessoas insensíveis à beleza estética de um prédio tombado, de uma cidade histórica ou de uma antiga manifestação cultural, deveriam lutar pela preservação dos mesmos, porque, em última instância, isso significa mais movimento turístico e mais dinheiro para a cidade.

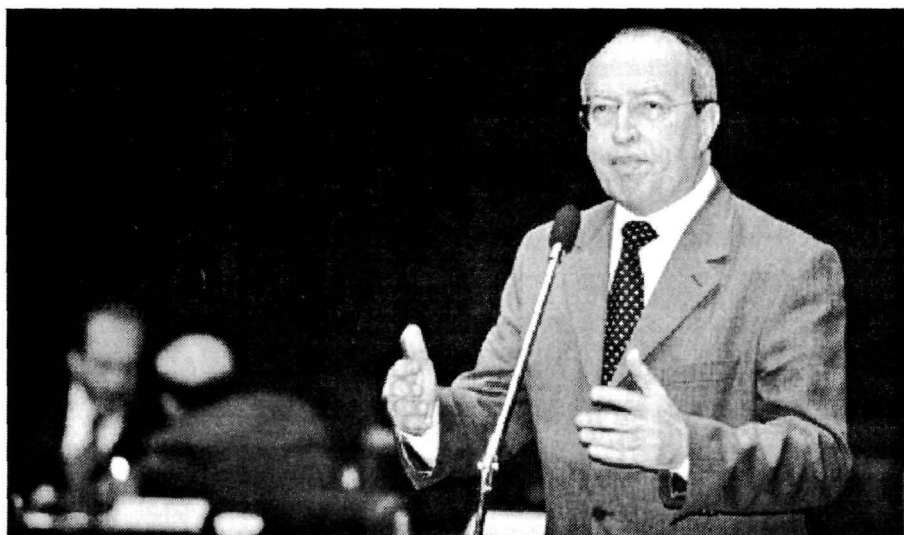
Esse período foi importante também porque eu conheci um grande número de pessoas, e eu gosto de conhecer gente, de travar novos relacionamentos. Isso sempre foi fundamental para mim, já que depois eu utilizo esses conhecimentos, no bom sentido, em favor do interesse público, do interesse geral, da minha atuação política.

A experiência no Senado

O meu período no Senado, de 1995 a 2002, foi muito rico, porque eu tive uma atuação intensa no plenário e em várias comissões, inclusive fui presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), além de me dedicar a atividades que não eram exclusivas do senador, atividades como essa no Iphan e em outros conselhos. Enquanto estive no Senado, participei de debates instigantes e coloquei idéias em discussão, procurando trabalhar em frentes variadas: Saúde, Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia, Justiça, Cultura.

Tive a satisfação de propor ou relatar projetos que se transformaram em leis, como, por exemplo, a Lei de Quebra do Sigilo Bancário, para identificar desvios de verbas, corrupção com o dinheiro público e sonegação de impostos. Também a Lei do Meio Ambiente, a chamada Lei da Natureza, que estabelece punições aos que praticam crimes contra a fauna e a flora, disciplinando inclusive a prevenção e o controle da poluição causada por lançamento de petróleo e seus derivados em águas brasileiras.

Trabalhei também na nova Lei de Informática, como relator da matéria na Comissão de Educação. Já na Comissão



A EXPERIÊNCIA no Senado foi marcante e gratificante para o político cearense. Lúcio Alcântara atuou na área cultural e foi relator de várias leis fundamentais, como a do Meio Ambiente, a de Informática e a da Quebra do Sigilo Bancário

de Constituição e Justiça, fui relator de uma lei inovadora para a política nacional de *software*, ajustando a legislação brasileira às normas do comércio internacional. Fui também relator da Lei dos Genéricos e participei da elaboração da Lei Contra Discriminação Genética.

Procurei sempre levar minha contribuição para a área cultural. Fiz um projeto de lei dando às bibliotecas públicas o direito de comprar livros técnicos editados no exterior sem terem que se submeter à burocracia das licitações. Isso porque li uma reportagem que comparava os custos de aquisição de obras na USP e na Unicamp. Muitos livros poderiam ser comprados com desconto pela Internet, mas, por causa da legislação, acabamos adquirindo-os pelo dobro do preço.

Sem falar de emendas, coisas referentes ao próprio funcionamento do Congresso, do Senado, como foi a mudança da forma de apreciação das medidas provisórias e assim por diante. Talvez a minha contribuição mais importante, claro, tenha sido a Lei dos Transplantes. Então, foi um período em que eu me senti muito útil, vamos dizer assim, em que eu tive um protagonismo importante.

Lei dos Transplantes

No Senado, recebi para relatar três projetos referentes à regulamentação dos transplantes de órgãos e tecidos no Brasil. Eram projetos dos senadores Darcy Ribeiro, Benedita da Silva e José Eduardo Dutra. Esses projetos tinham limitações, com exceção do projeto do Darcy, mais ousado, que transformava todo mundo em doador, independentemente de manifestação de vontade, a não ser que você expressasse oficialmente o desejo de não ser doador.

Quando fui estudar o assunto, constatei uma grande fragilidade legal no que se referia aos transplantes. O que havia era uma resolução do Conselho Federal de Medicina e uma lei muito insuficiente, insatisfatória mesmo, que deixava, inclusive, vulneráveis os profissionais da Saúde envolvidos nos transplantes, porque eles não tinham o respaldo legal para fazer o que estavam fazendo.

Além disso, os procedimentos legais eram tão demorados e complexos que, ano a ano, o número de doadores diminuía. Na época, o Brasil gastava 300 milhões de dólares por ano só em hemodiálise. Havia também toda uma lenda sobre a remoção e venda clandestina de órgãos. Lenda essa que nunca

se confirmou, até porque o tráfico envolveria uma operação difícilmente tecnicamente. O que pode haver é a venda de órgãos entre pessoas vivas, mas aí quem está doando não vai dizer que está recebendo o dinheiro, e a pessoa que recebeu o órgão não vai dizer que pagou.

Agora, o transplante a partir de órgãos de cadáveres tem um grau de dificuldade tão grande que inibe a existência de mercados negros. Eu participei de muitos debates em que as pessoas garantiam que esse despropósito existia, e eu provocava: “Então, me mostre. Diga onde”.

Procurei no serviço de inteligência dos Estados Unidos, na Polícia Federal, em vários países do mundo e posso dizer que nunca encontrei casos confirmados de quadrilhas de traficantes de órgãos. Pode até haver, por exemplo, com córnea, que é mais fácil de enviar e envolve uma intervenção relativamente simples, mas isso também não é certeza.

Então, eu meti mãos à obra para fazer uma lei de transplantes mais ampla, extensa, abrangente, mais completa do que aquela que estava em vigor, ou daquelas propostas que eu recebi dos três senadores. Fiz o que tecnicamente se chama um substitutivo, e um dos pontos que despertou maior polêmica foi a chamada “doação independentemente da autorização da pessoa”. Fiz isso baseado no fato de que, em qualquer pesquisa, a absoluta maioria dos entrevistados diz que apóia a doação de órgãos e que gostaria de ser doador.

LÚCIO ALCÂNTARA se destacou no Senado como autor do substitutivo da Lei dos Transplantes, dando forma única aos três projetos que tramitavam no Congresso e estabelecendo as normas para a doação de órgãos



O meu substitutivo facilitava a vida dos doadores, porque, veja bem, é muito difícil você sair de casa pensando: “Hoje vou ao cartório dizer que sou doador”. Primeiro, ninguém gosta de pensar na morte. Segundo, todo mundo está muito envolvido com o cotidiano para ir ao cartório fazer isso.

Então, é mais prático considerar a doação como tácita. Você não se manifestou contra, então você é doador. No meu substitutivo, quem não quisesse doar teria apenas de consignar isso em qualquer documento, como carteira de identidade ou carteira de motorista.

A lei dava um ano de prazo para que esse procedimento entrasse em vigor. Durante esse ano, a própria lei mandava, como manda, que se façam campanhas, pelo menos uma por ano, para orientar, instruir e informar a população. Isso o governo nunca fez. Aí, quando chegou o momento de a lei entrar em vigor, muitos se opuseram, resistiram. Foi uma polêmica enorme.

Eu vi na televisão o apresentador Boris Casoy combater a doação tácita, mas, logo depois, a mesma rede de televisão divulgou uma pesquisa em que a população manifestava-se a favor da lei daquela forma. Então, o que houve foi a resistência de um grupo relativamente pequeno, mas que tinha muito poder de pressão na mídia.

Eu acho que o governo deveria ter insistido nisso, deveria ter feito campanhas de divulgação, informação e orientação junto aos governos estaduais, junto aos departamentos de trânsito e aos institutos de identificação onde se expedem esses bilhetes de identidade. Para mostrar com clareza que transplantes de órgãos exigem uma técnica sofisticada de transporte e conservação. Não é possível acreditar que alguém vá indiscriminadamente sair por aí tirando os órgãos das pessoas. Isso não existe. É uma fantasia macabra.

Além do mais, mesmo com a doação presumida, os hospitais continuariam fazendo um trabalho de convencimento junto aos familiares do doador. Ninguém ia retirar um órgão sem conversar antes com as famílias. A diferença é que haveria uma lei para respaldar a retirada do órgão.

Depois, quando o José Serra assumiu o Ministério da Saúde, desenvolvendo aliás um ótimo trabalho, acabou alterando a Lei dos Trans-

plantes, para acabar com a doação presumida, como estava lá. Eu acho que isso foi um erro, um equívoco, um retrocesso, mas paciência.

Devo enfatizar que o presidente Fernando Henrique Cardoso, antes de sancionar essa lei, mandou fazer uma pesquisa de opinião pública no país todo, e a pesquisa foi favorável à doação tácita. Na verdade, todas as pesquisas eram favoráveis.

Apesar de tudo, o meu trabalho como relator da Lei de Transplantes me deu muita alegria e satisfação, porque, antes dela, ninguém se preocupava com a questão da morte cerebral, com a obrigatoriedade de fazer campanhas. Os médicos atuavam sem segurança legal.

Eu restringi a doação entre pessoas vivas, permitindo-a só nos casos de parentesco em primeiro grau. Infelizmente, o ministro Nelson Jobim, na época ministro da Justiça, recomendou o veto ao presidente da República, por achar que essa restrição não tinha cabimento jurídico.

Sinto-me recompensado porque essa lei impôs um princípio democrático, que é o da fila única. Antes, os pacientes passavam uns na frente dos outros, e as pessoas que tinham poder ou dinheiro terminavam sendo favorecidas. A minha lei é uma lei democrática em um país de muita injustiça, no país do pistolão, da “peixada”.

E eu recebo muitas manifestações de carinho por causa dessa lei. Um dia desses, conheci um rapaz cuja mãe tinha recebido um transplante. Ele era de fora, acho que de São Paulo, estava no Ceará a trabalho, num congresso, e me disse que ele e sua mãe eram muito gratos a mim. Ele achava que a mãe tinha sobrevivido graças à Lei de Transplantes. Conheci muitas pessoas nessa situação; elas me procuram, vêm falar comigo. Então, eu só posso me sentir infinitamente feliz e recompensado quando falo do meu mandato como senador.

O governo do estado e o Ceará hoje

Eu acho que o Ceará é um estado que avançou bastante nos últimos anos, inclusive na organização do governo. Claro que ainda há muito para se fazer, mas o Ceará é mais organizado que a grande maioria dos estados brasileiros. É ajustado na sua administração e nas suas finanças. Esse é um movimento que teve início com a chegada do Tasso ao Governo no seu primeiro mandato.

O Ceará foi o primeiro estado a fazer o ajuste fiscal, em 1986, graças à liderança do Tasso, a partir do seu primeiro governo. O Brasil acabou fazendo o ajuste muito tempo depois, e há estados que ainda nem fizeram. Desde aquela época, o Ceará tem uma proposta de desenvolvimento que vem sendo perseguida. Naturalmente, com ênfases diferentes, dependendo de quem está à frente do governo, mas em geral obedecendo à mesma preocupação e com os mesmos objetivos.

É um estado em que o governo avançou muito na integração com a sociedade, em que há mobilização de diferentes setores na luta pela defesa dos interesses gerais da população, independentemente de posições político-partidárias. Muitas iniciativas aqui mostram isso com clareza e têm permitido ações

pioneiras graças à nossa criatividade e à nossa capacidade de integração em torno de determinados objetivos, como, por exemplo, o chamado Pacto de Cooperação, que conta com a participação de empresários e da sociedade para discutir temas, sugerir, cobrar e encaminhar propostas.

Várias instituições se integram para pleitear junto ao governo ou em conjunto com o governo pontos importantes para o desenvolvimento econômico e a melhoria dos índices sociais. Temos orgulho de ter iniciativas que surgiram aqui, como o Programa Agente de Saúde. Temos programas de combate à pobreza que se transformaram em referência mundial, respaldados, inclusive, pela nossa relação com as grandes agências mundiais de financiamento, como o Banco Mundial (Bird), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o KFW alemão e assim por diante.

Agora, eu estou tendo que levar adiante mais um ajuste fiscal, muito mais minucioso que o anterior, porque o grosso já foi feito. Eu assumi o governo com o compromisso de preservar conquistas e ganhos que tivemos e que requerem determinação, rigor e austeridade. Ao mesmo tempo, é preciso garantir que o estado continue crescendo e se desenvolvendo. Isso não é simples.

Nós temos hoje mais de cinco mil quilômetros de estradas asfaltadas e uma grande infra-estrutura em saneamento básico, em Saúde, em Educação e Assistência Social. Temos um aeroporto internacional, uma enorme reserva hídrica, como o açude do Castanhão, e o Porto do Pecém, que é um dos portos mais modernos do País, se não for o mais moderno. Agora, isso custa dinheiro, e o Ceará é ainda um estado pobre, um estado que tem poucos recursos.

Nós tivemos um período em que os governadores administravam com inflação. Um governador no período inflacionário, que governasse com austeridade, com rigor, com rigidez, tinha condições de organizar o estado e continuar investindo. Depois, nós tivemos governadores que governaram vendendo ativos do estado, como as companhias de distribuição de energia.

Agora, quando eu estou governando, não há inflação nem tem mais ativos do estado para vender. Isso não é nenhuma crítica a meus



DEPOIS da experiência no Senado, Lúcio Alcântara foi eleito governador do Ceará, numa disputa apertada. Conciliador, ele buscou os adversários para estabelecer regras de convivência política que facilitem a administração do estado

NO GOVERNO estadual, duas das principais metas de Lúcio Alcântara são atrair investimentos, em turismo e indústrias, para gerar emprego e renda, e cobrar do governo federal incentivos para o Ceará e para toda a Região Nordeste



antecessores. Isso vale para o País como um todo. Naquele tempo, havia circunstâncias muito bem-definidas, diferentes das do momento que eu estou vivendo agora.

Enfim, nós temos que aprender a sobreviver com os recursos que o estado tem, que vêm da sua arrecadação e de transferências federais constitucionais, portanto obrigatórias, não sendo nenhum favor que o governo federal nos faz. E há ainda as contribuições voluntárias, que, aí sim, são convênios que o governo pode fazer ou não.

Então, eu estou tendo de realizar dois ajustes ao mesmo tempo: o ajuste fiscal e o ajuste político. Ajuste fiscal significa reduzir despesas, reduzir gastos, gastar melhor, melhorar a gestão, ser mais eficiente, também definindo o que nós queremos fazer, em que nós queremos investir. Para ver se o Estado do Ceará ingressa em um outro patamar da sua economia.

Isso nós só vamos conseguir trazendo para o estado grandes investimentos que têm o poder de atrair outros, como uma usina siderúrgica, por exemplo. Nós estamos trabalhando intensamente para ver se conseguimos implantar isso aqui.

De outro lado, eu tive que fazer o ajuste político. O que é que eu chamo de ajuste político? Ora, eu fui eleito governador, todo mundo se lembra, numa eleição em segundo turno, com uma diferença muito pequena de votos e ao mesmo tempo em que se elegia o presidente da República de um partido de oposição ao meu.

Então, eu precisei construir a maior sintonia possível junto ao governo federal, para poder administrar bem o estado, obter recursos e apoio, não só transferência de recursos financeiros, mas apoio para que o Ceará pudesse contratar empréstimos internacionais ou junto a instituições financeiras federais, como a Caixa Econômica e o Banco do Brasil.

E isso eu consegui. Nós temos um excelente relacionamento com o governo federal, mas isso leva tempo para se firmar e não é a mesma coisa que você trabalhar com um presidente do qual você é amigo e que pertence ao mesmo partido seu.

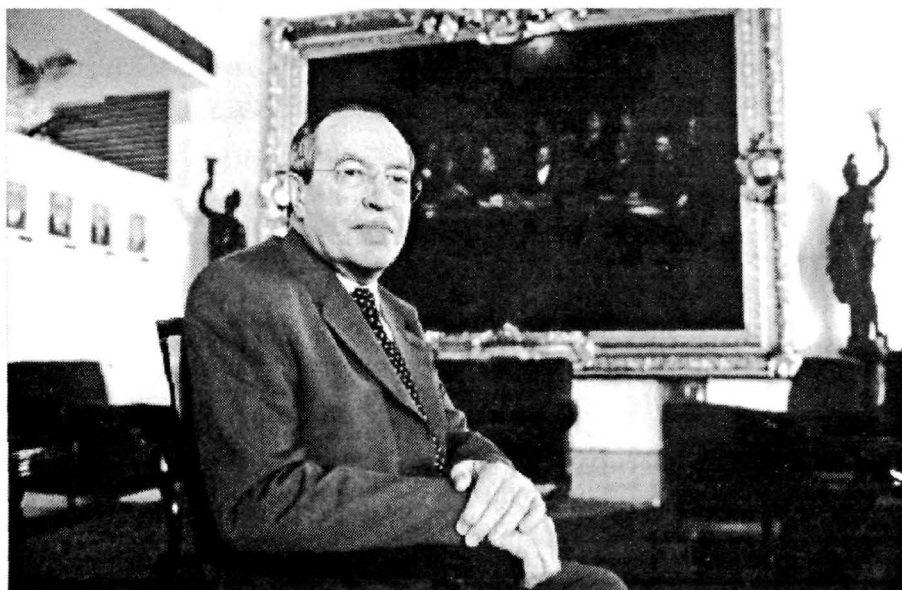
Legislativo ou Executivo?

Muita gente me pergunta, sendo que o jornalista Dorian Sampaio foi quem primeiro levantou essa questão, se eu sou mais afeito ao Executivo ou ao Legislativo. Na verdade, eu tenho dificuldade de responder a essa pergunta, porque tanto um quanto o outro tem os seus encantos e os seus dissabores.

Por exemplo, no Legislativo, a gente está mais livre para debater, discutir, apresentar propostas, criticar e sugerir. Em compensação, tem um ritmo lento. Você não vê as suas idéias se concretizarem ou tem dificuldade de ver isso acontecer. Eu só consegui por um trabalho obstinado.

Já no Executivo você tem possibilidade de executar e transformar em realidade algumas das suas idéias, ver as coisas acontecerem, mas, em contraponto, a sua liberdade é bem menor, você trabalha com mais restrições. Além da tensão enorme que existe, por você ter que lidar com problemas que afetam diretamente a população. Alguns desses problemas são, aliás, gigantescos, sobretudo face à limitação de meios que se tem, sejam materiais, financeiros, humanos, estruturais ou organizacionais.

Então, a minha receita é a seguinte: dedicar-se e ser determinado naquilo que lhe cabe fazer naquele momento.



COM GRANDE *experiência no Executivo, Lúcio Alcântara encontrou ritmo de trabalho diferente no Legislativo, mas se adaptou bem e desempenhou com satisfação o trabalho nas comissões e no dia-a-dia da Câmara e do Senado*

Ou seja, se eu estou no Legislativo, eu vou fazer o melhor que puder, assim como no Executivo.

Eu vi muitos dos meus colegas do Senado se sentirem infelizes e desmotivados. Alguns eram ex-governadores ou ex-ministros e estavam com saudades do Executivo, tinham uma certa nostalgia do cargo ocupado. Muitos estavam ali só pensando em voltar pro Executivo.

Eu fui muito feliz no meu período de Senado, como disse, embora sempre tenha tido o ideal, o desejo, a vontade de ser governador do meu estado, porque achava que assim poderia transformar em realidade muitas das minhas idéias. Mas nunca fiz disso uma obsessão que me desviasse, por exemplo, da minha responsabilidade política e institucional como senador.

Então, a maneira como eu atuo é essa. Tanto no Legislativo como no Executivo, procuro me dedicar integralmente, fazer o que eu puder dentro daquelas características de um poder e do outro, com as vantagens e limitações de cada um.

Preconceito contra o Nordeste

Eu acho que um dos erros dos governos federais, e aí eu incluo os do Fernando Henrique e o do Lula, é não ter levado adiante uma política séria de desenvolvimento regional e, com isso, o maior prejudicado tem sido o Nordeste. Nós temos três regiões com maiores problemas. Vamos excluir o Sudeste e o Sul, que já estão em um processo de desenvolvimento muito mais acelerado e *demonstram grande potencial*. Restam o Norte, o Centro-Oeste e o Nordeste.

O Norte apresenta índices elevados de pobreza, mas é uma região escassamente povoada. O Centro-Oeste, apesar das dificuldades, já tem um ritmo de crescimento bem-definido. Toda essa nova fronteira agrícola do agronegócio tem tido ali resultados surpreendentes, sendo responsável por boa parte das nossas exportações. Estou falando de estados como Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins.

E o Nordeste é uma região densamente povoada, com um contingente populacional que corresponde a praticamente um terço da população brasileira, e com problemas que acompanham o aumento dessa população. Sem dúvida, é a região que mereceria, por parte do governo federal, uma po-

lítica arrojada e abrangente, a fim de superar de uma vez por todas os problemas seculares que nós conhecemos.

Porque, veja, o Centro-Oeste tem dificuldades de infra-estrutura, de energia e de rodovias, basicamente, e de armazenamento das safras. Agora, o Nordeste tem disparidades gigantescas, principalmente sociais. Eu acho que a falta de uma atenção específica para a região veio a se agravar com a insistência do governo em tratar isoladamente os estados. Na busca de soluções para os seus problemas, os governadores terminaram aceitando esse jogo, mas isso vem em detrimento de uma política de desenvolvimento regional.

É interessante lembrar que, quando eu cheguei a Brasília, em 1982, como um dos deputados federais mais votados do Ceará, no meu primeiro mandato, eu encontrei muitos jornalistas cearenses, todos os que tinham ido embora para fazer carreira lá. Em conversas pelos corredores da Câmara, esses jornalistas sempre me perguntavam: “Qual será o tema do seu discurso de estréia?” E eu sempre repetia: “Olha, eu vou falar sobre o Nordeste.”

Esse foi um tema de que meu pai se ocupou muito na chamada Comissão Coordenadora dos Estados do Nordeste (Cocene), da qual foi coordenador-geral na época em que era senador. Então, os jornalistas me advertiam que isso não despertaria o menor interesse. Diziam que não sairia uma linha nos jornais.

Por que isso? Porque a imprensa do Sudeste, principalmente a de São Paulo e do Rio de Janeiro, sempre teve descaso pela temática nordestina, sempre a tratou como uma coisa menor e até inadequada, para não dizer indesejável, como se o Nordeste fosse somente um sorvedouro de recursos públicos, de corrupção e de desvio de dinheiro.

Na verdade, quando a gente olha com atenção percebe que os escândalos milionários são de grandes empresas do Sul e do Sudeste. Vamos lembrar, por exemplo, do escândalo do adubo-papel, com milhões e milhões desviados como se o dinheiro tivesse ido para fertilizantes. O escândalo também daquelas grandes empresas que contraíram empréstimo no BNDES e não pagaram, o escândalo dos financiamentos da marinha mercante.

Então, o Nordeste é café pequeno. Claro que uma coisa não justifica

a outra. Não deve haver desvio de verbas em canto nenhum, nem corrupção com dinheiro público de maneira alguma. Estou apontando um preconceito.

Então, no meu primeiro discurso, eu lembrei que o Nordeste não é um problema, mas um pedaço de chão injustiçado e habitado por uma gente espoliada. Exportamos cultura e transferimos mão-de-obra para o Sudeste. Na verdade, nossa propalada miséria financia historicamente a fartura do Centro-Sul. Naquele primeiro dia, e em todos os outros, defendi a adoção de uma política de desenvolvimento mais compatível com as nossas necessidades e merecimento.

Quando se fala em incentivo fiscal, todos pensam na Sudene como o ralo por onde vai embora o dinheiro público. Mas os estudos mostram que a maior parte dos incentivos fiscais estavam principalmente no Sudeste. O Nordeste fica em terceiro lugar, porque depois do Sudeste vem a Zona Franca de Manaus.

Então, há mitos e distorções que foram criados e que são extremamente prejudiciais à região. E a coisa agora é mais grave, porque antigamente a União pelo menos fazia os grandes investimentos em rodovia, em ferrovia, em infra-estrutura. Era o tempo das “brás”: Siderbrás, Eletrbrás, Telebrás e Petrobrás, das quais ainda restam duas.

Tudo isso era o governo federal que fazia. Agora, a União perdeu a capacidade de gasto, de investimento, não quer mais fazer estrada, rodovia, ferrovia, porto, porque não tem dinheiro, e a gente que se vire com o setor privado. Mas investimento privado, para vir para cá, é muito mais difícil, porque nem sempre o retorno é imediato, nem sempre a taxa de retorno é atrativa para o investidor.

E aí, os estados nordestinos foram obrigados a recorrer a uma política de incentivos fiscais para atrair investimentos. Muita gente condena, mas era uma saída possível para uma região carente. Claro, isso tem um limite. Você não pode distribuir incentivos irresponsavelmente, mas, se não fosse isso, o Ceará não seria o terceiro pólo calçadista do Brasil.

O primeiro produto hoje na nossa pauta de exportação é o calçado. As fábricas que se instalaram aqui abriram milhares de postos de

trabalho no interior, modificaram o perfil de muitas cidades. Então, nós acertamos, agimos corretamente.

Ao contrário do que determina a Constituição, as transferências de recursos da União para os estados e municípios, realizados através de convênios, acordos e ajustes, sempre privilegiaram as regiões mais ricas. Lembro que os estados do Sul e do Sudeste receberam, em 1995, 1996 e 1997, a média anual de 57% do total de recursos da União aplicados em transferências negociadas. Os estados do Norte e Nordeste ficaram com 31% desses recursos.

Outra grande saída para a economia nordestina é o turismo. Nós temos sol o ano inteiro, paisagens maravilhosas, excelente culinária e um povo hospitaleiro. Temos praias deslumbrantes, mas não é só isso. No Ceará, as cidades do maciço de Baturité, por exemplo, com um clima mais ameno e largas faixas de Mata Atlântica, atraem cada vez mais visitantes. Sem falar nas trilhas que estão sendo abertas no sertão, para o turista que busca aventura e pratica esportes.

O Nordeste tem tudo para ser um pólo turístico diversificado, mas isso requer uma política continuada de melhoria de serviços e atração de turistas. Nós precisamos, por exemplo, desbravar o mercado americano. Ainda não temos vôos diretos para os Estados Unidos, e há um sistema de reciprocidade que obriga o americano a obter um visto antes de vir. Então, esse turista prefere ir para o Caribe, que é mais perto e não exige nada disso.

Além disso, o governo precisa aumentar o número de vôos regulares para a região. O nordestino, o cearense especialmente, tem uma grande capacidade de relacionamento com o estrangeiro, é muito receptivo ao turista. Temos que aproveitar essa vocação para intensificar o intercâmbio.

Agora, o que não podemos é condenar o Nordeste a ser só um destino turístico, como às vezes ouvimos algumas autoridades federais sugerirem. Precisamos, sim, do turismo, mas precisamos também de muitas outras coisas, inclusive de dinheiro e atenção.

O gosto pela leitura

O meu pai tinha uma biblioteca. Não era do tamanho da minha, mas ele gostava muito de ler e eu comecei lendo os livros dele. Eu me trancava lá no gabinete, no escritório dele que a gente chamava de gabinete, e passava horas lendo. Li, por exemplo, a coleção do Machado de Assis, da Editora Jackson, aqueles 31 volumes de capa dura, eu acho que li todos, do primeiro ao último. Li também José de Alencar; meu pai tinha uma coleção da José Olympio. Esses livros hoje estão comigo. E li muitas outras coisas que meu pai tinha, como Monteiro Lobato, Raquel de Queiroz, muita ficção, muito romance.

Fui desenvolvendo cada vez mais o gosto pela leitura e também o gosto de guardar, juntar e reunir livros. Hoje, eu tenho uma biblioteca relativamente grande, em torno de cinco mil livros. Atualmente, uma bibliotecária está organizando tudo, porque, por força da minha atividade política, eu terminei me mudando muito de uma casa para outra.

Eu sempre digo que gostaria de ter nascido, crescido e vivido até morrer na mesma casa e, talvez por isso, eu fui con-

denado a me mudar muito. Meus livros ficaram dispersos: uma parte em Brasília, uma parte no meu apartamento de Fortaleza, uma parte na Fundação Waldemar Alcântara.

Recentemente, resolvi reunir tudo isso. Adquiri um imóvel em frente a minha casa e instalei a maior parte da minha biblioteca lá. No meu apartamento, eu estou conservando somente livros de referência e algumas obras raras. Eu leio muito sobre política e políticos. E leio também uma parte de ficção, ensaios de Sociologia e alguma coisa de Economia. Hoje, eu também tenho muito interesse em livros sobre livros, sobre o que o livro significa, sobre a leitura, sobre o processo de criação literária. Então, esses livros também ficaram no meu escritório de casa.

Eu gostei muito de um livro que se chama *A Pele*, que fala sobre a Itália logo após a Segunda Guerra Mundial, escrito por Curzio Malaparte, um jornalista e diplomata italiano que abominava o fascismo e o exercício autoritário do poder. Ele disse, inclusive, com um certo bom-humor, que “a ditadura é a mais completa forma de ciúme”. Li outros livros do Curzio, mas não gostei deles tanto quanto de *A Pele*, uma obra que eu destaco dentre outras que me marcaram.

Gostei muito de ler *David Copperfield*, do Charles Dickens, inclusive eu o reli há algum tempo e depois comprei num sebo um exemplar igual ao que existia na biblioteca do meu pai. Muitos livros fazem parte da minha vida, e eu realmente sou uma mistura de coisas que fui percebendo nessas leituras.

Dos contemporâneos, não esqueço *O Encontro Marcado*, de Fernando Sabino, que me marcou muito a juventude. Gostei também de *O Tempo e o Vento*, de Érico Veríssimo. Uma verdadeira epopéia sobre a sociedade patriarcal riograndense, com aquelas brigas entre as famílias, os Terra e os Cambará, que revelam muito da natureza humana.

Na minha juventude, gostei também do Somerset Maugham, um romancista inglês que escreveu dois livros extremamente interessantes e sensíveis: *Servidão Humana* e *O Fio da Navalha*. Dos cearenses, eu gostava muito do Moreira Campos e do João Clímaco Bezerra. E também leio poesia.

Eu tinha uma mania de achar que, quando começava a ler um livro, eu tinha que ir até o fim, mas um dia eu li uma obra de Daniel Pennac, *Como um Romance*, em que ele dá dez conselhos para o leitor, e um deles é o de que você não se preocupe em ler um livro até o fim, nem de ler da primeira à última página.

Aí eu fiz um exame do meu comportamento como leitor e passei a ler assim. Leio parte do livro, leio de trás pra frente, abandono e retomo. Leio geralmente mais de um simultaneamente. Leio dois, três livros.

Aproveito as viagens de avião, as estadas nos hotéis, os finais de semana, porque aqui nem sempre eu consigo ler. Também aproveito a noite, mas, às vezes, chego muito cansado. E eu tenho um processo: eu vou empilhando em cima da mesa do escritório os livros que estou querendo ler, mas essa pilha só faz crescer, infelizmente.

E também faço o seguinte. Tenho uma caderneta em que vou anotando coisas que me interessaram em um determinado livro. Então, amanhã, quando eu precisar, sei que no livro tal tem as referências que me interessam. São anotações bem-sucintas, às vezes não anoto nem a página, coloco só: "O livro tal faz referência sobre isso." Esse método, é claro, vai me dar muito trabalho na hora em que eu quiser recuperar o texto integral. Sem falar que, às vezes, estou lendo na rede, no hotel, no avião e nem sempre tenho a caderneta em mãos.

Casei com uma pessoa muito ligada às letras, uma leitora voraz e grande escritora. Quando vamos a Portugal, terra da família da Maria Beatriz, eu aproveito para vasculhar os sebos do Largo da Trindade, ao lado da Rua do Alecrim, em Lisboa. Gosto também de editar livros. Isso, claro, é uma conseqüência da minha paixão pela leitura.

Eu escrevo algumas coisas. Tenho aí uns textos inéditos. Recentemente, lancei *A Casa da Minha Avó*, um livro desprezioso de poemas, mas não sou escritor. Eu digo sempre que na minha casa a escritora é Beatriz; eu sou um diletante da Literatura. O que eu gosto mesmo é de ler. Gosto de livro e gosto de fomentar e apoiar iniciativas culturais.

Edição de livros

Eu sempre tive três sonhos: um era ter um bar, outro era ter uma livraria e o terceiro era ter uma editora. Eu sinto um enorme prazer em editar, tanto que fiz isso no Senado, no Instituto Teotônio Vilela (ITV) e ainda o faço na Fundação Waldemar Alcântara.

Presidir o Conselho Editorial do Senado, em 1997, foi uma das melhores experiências da minha vida e me permitiu editar com qualidade obras raras que estavam esgotadas, textos fundamentais para o conhecimento da nossa história, cultura e economia. Eu mesmo fui lá e disse que queria assumir o Conselho; isso na primeira gestão do Antônio Carlos Magalhães como presidente do Senado. Quando cheguei, vi que a minha primeira missão era tentar pôr fim ao uso oportunista da gráfica. Depois, tinha que profissionalizar o sistema e lançar livros de qualidade.

Até então eram editadas obras eleitoreiras, de nenhum valor cultural ou literário, além, é claro, da documentação legal em tramitação no Legislativo, que é necessária ao trabalho dos parlamentares em plenário. Então, chamamos um especialista, o Achilles Milan Neto, de São Paulo, para estudar o projeto editorial.

Resolvemos centrar fogo em obras que, por falta de interesse comercial, não vinham sendo reeditadas há anos. Lan-

çamos, por exemplo, *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis*, de Luís Edmundo, um livro dos anos 1930, uma pesquisa riquíssima.

Também publicamos *Reminiscência de Viagens e Permanência no Brasil*, de Daniel Parish Kidder, e *O Rio de Janeiro Como É*, de um pastor metodista americano que desembarcou no Rio do Século XIX, C. Schlichthorst. Editamos Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco, Afonso Celso, João Mangabeira, o jornalista Carlos Castelo Branco, padre Antônio Vieira e Euclides da Cunha. Muita gente boa.

Os textos foram divididos nas coleções *Biblioteca Básica Brasileira*, *Clássicos da Política*, *Brasil 500 Anos*, *Memória Brasileira* e *O Brasil Visto Por Estrangeiros*. Essa política editorial trouxe para o Senado um certo prestígio na área intelectual e cultural, e todos os livros puderam circular para além da Casa, graças a um convênio firmado com a Universidade de Brasília (UNB). Esse foi um trabalho coletivo coordenado por mim com a colaboração dedicada de todos os membros do Conselho.

Hoje, na Fundação Waldemar Alcântara, com o apoio do CNPq, nós também investimos na publicação de fac-símiles de obras raras, livros que são escolhidos com cuidado e reunidos sob o título de Biblioteca Básica Cearense. A coleção já publicou Barão de Studart, Thomaz Pompeu, Rodolpho Theóphilo, Joaquim Alves e outros. Todos eles grandes estudiosos do Ceará e, portanto, importantes para o conhecimento do Brasil. As tiragens são pequenas, mas os livros são gratuitos e destinam-se a pesquisadores e ao circuito nacional das bibliotecas. É incrível o quanto esses textos são procurados, o quanto há interesse por eles. Isso impressiona principalmente se levarmos em conta que a desvalorização do Nordeste se estende aos seus intelectuais, escritores e pesquisadores, esmagados pela predominância cultural do Sudeste.

Rodolpho Theóphilo, que na verdade era baiano e dizia “sou cearense porque quero”, foi um dos primeiros a escrever um romance sobre a seca. É uma obra impressionante, *A Fome*, nem tanto pela maestria literária de Theóphilo, mas pela crueza e realidade das cenas. Dele, lançamos *Libertação do Ceará* e *Botânica Elementar*.

Joaquim Alves, que publicamos mais recentemente, é um dos muitos intelectuais esquecidos que o Ceará produziu. Ele escreveu estudos importantes sobre os efeitos do clima e da estiagem na Região Nordeste. Dele, lançamos *História das Secas*, um livro extraordinário pelo valor histórico e conteúdo abordado.

Eu dirigi também, no Instituto Teotônio Vilela (ITV), uma coleção de livros com textos modernos e antigos sobre a social-democracia e seus desdobramentos. Eram textos de autores ingleses, franceses, americanos, alemães, italianos, brasileiros, argentinos e outros. Muito antes de Tony Blair ser falado e comentado, o ITV publicou *O Estado que Temos Hoje e Como Será o Futuro Estado*, de Will Hutton, e *A Terceira Onda*, de Anthony Giddens.

O gosto pela formação política

Um aspecto da política de que eu gosto muito é a formação política. Contribuir para divulgar idéias, teorias, trabalhos, análises e críticas políticas, contribuir para a formação política dos jovens. Essa foi uma atividade que me agradou demais quando eu fui presidente do Instituto Teotônio Vilela (ITV). As publicações que nós fizemos, os seminários, o Laboratório de Aprendizagem Política (LAP), do ITV, eu considero contribuições importantes nessa área. Estávamos mais preocupados em passar para os jovens idéias de formação política que propriamente impor o ideário político do partido.

É assim que deve ser. Primeiro, é preciso ter uma visão geral da política, do processo político, da evolução da política, para depois se chegar às idéias que o partido defende e propõe. Eu acho que hoje o interesse do jovem pela política é menor do que há alguns anos, mas falo isso por pura impressão.

Por que eu digo isso? Porque nós estamos atravessando um período de desideologização. As ideologias estão perdendo força. Os constrangimentos, as restrições financeiras, fis-

cais e comerciais sobre os países tornaram-se tão grandes que a margem de manobra política dos governos diminuiu bastante.

Isso já tinha acontecido na Inglaterra com o primeiro-ministro trabalhista Tony Blair, quando ele se viu impelido a adotar um programa bem oposto daquele que foi o Trabalhismo de Clement Attlee. Também já tinha acontecido, de certa forma, na França, com o François Mitterand, sem contar com o que aconteceu na antiga União Soviética, na Tchecoslováquia, na Hungria. E agora vem acontecendo aqui no Brasil. O Partido dos Trabalhadores está tendo que rever todas as suas propostas, dogmas e pregações, para grande decepção e desencanto de muitos eleitores.

Essas coisas, de alguma maneira, contribuem para um certo desinteresse pela política. Além do que, hoje está em voga um certo culto ao individualismo, a idéia da competição acirrada entre pessoas e corporações, a lógica do sucesso acima de tudo, de que você tem que vencer e ultrapassar os outros. Vivemos um processo de descredenciamento da política como instrumento de reivindicações legítimas, e o desprestígio dos políticos só agrava a situação de apatia entre os jovens.

Mas os vícios e defeitos dos homens públicos não são de natureza política e sim de formação pessoal. Você não pode condenar a prática política por causa da má atuação de alguns dos seus membros. Os maus políticos é que fazem uma má política. Agora, se você procurar o envolvimento dos jovens através de um trabalho sério, do conhecimento, do aprendizado, da formação, eu acho que vai encontrar um campo fértil pela frente.

Fundação Waldemar Alcântara

A Fundação Waldemar Alcântara surgiu não só do nosso desejo. Digo nosso porque é também das minhas irmãs e da minha mãe, além de algumas pessoas que colaboraram no início, de homenagear o meu pai, embora sem fazer um culto à personalidade dele. Nós também fizemos essa Fundação porque tanto meu pai como eu devemos muito ao Ceará, ao povo cearense. Não basta ser um político honesto, trabalhador, correto, dedicado e aplicado. Você tem que contribuir com o que você pode, usando os instrumentos de que você dispõe.

Como forma de devolver à população o apoio que recebemos dela, nós achamos que era preciso fazer alguma coisa a mais, que representasse também um esforço pessoal nosso e da família nesse reconhecimento. Foi aí que surgiu a Fundação Waldemar Alcântara, que funciona numa casa em que minha família viveu.

No começo, a Fundação desenvolvia alguma ação na área social, que nós terminamos eliminando porque geralmente essas fundações ligadas a políticos têm má fama, porque

notabilizaram-se como instrumentos para uso de verba do governo, para desviar recursos ou ajudar a eleição de alguém.

Então, a Fundação Waldemar Alcântara hoje se dedica a fomentar e apoiar iniciativas culturais no campo da música, da pintura e, principalmente, no campo da literatura, da história e um tanto da história política do Estado do Ceará. Isso a partir do período em que meu pai atuou, ou desde a redemocratização do País, de 1947 para cá.

Temos também arquivos, uma parte que nós conseguimos resgatar do meu pai e outra minha. Arquivos iconográficos, quer dizer, de fotos, documentos e livros. E também investimos na publicação de livros, sem interesses lucrativos. Quem cuida da Fundação é a minha irmã Luíza, que é bibliotecária e está aposentada. A sede da Fundação é própria, então ela está se firmando, se consolidando aos poucos.

Nós não somos uma família rica, não somos empresários, quer dizer, não temos benefício fiscal nenhum com a Fundação. O que a gente vai fazendo é fruto de recursos nossos e da minha falecida mãe, que foram aplicados. Além de algum recurso que a gente consegue de terceiros, de pessoas que eventualmente apóiam iniciativas da Fundação.

Pretendemos continuar a coleção da *Biblioteca Básica Cearense*, aperfeiçoar e ampliar o sistema de arquivos, colocando-os à disposição de acadêmicos e estudiosos que queiram se aprofundar nesse período da vida política do estado ou sobre a minha atuação ou do meu pai, e agora também do Leonardo, meu filho, que está reunindo lá o material dele.

Tenho muito apreço pela memória. Gosto de reunir e organizar documentos. Já pensou se todos os homens públicos tivessem essa preocupação? No futuro, contaríamos com um fantástico material de pesquisa, um material que nos ajudaria a entender nossos processos históricos, e facilitaríamos muito a vida dos estudiosos.

Maria Beatriz e herança política

Eu conheci Maria Beatriz na universidade. Eu era estudante de Medicina, e ela, estudante de Letras. Nós nos encontramos em uma reunião que alguns amigos promoviam, chamada luarada. Ela participava também, ou participou de uma dessas reuniões, e a conheci lá. Tinha uma colega dela que era de uma família amiga nossa. Então, esse convívio e esses encontros terminaram nos aproximando. Surpreendida pelo meu ingresso na política, Maria Beatriz adaptou-se o suficiente para aceitar as exigências da vida pública e apoiar decididamente minha luta constante.

Nós nos casamos em 1968 e tivemos dois filhos, Daniela e Leonardo. O Léo nos deu dois netos, o Lúcio Neto e o Lucas. Ter neto é muito bom, e eu gostaria de ter um contato muito maior com eles do que tenho atualmente.

Eu não fiz a menor força para que o Léo fosse político e, diferentemente de mim, que vivi numa casa de políticos e ficava atrás das cadeiras ouvindo o que acontecia nas reuniões, ele nunca participou de nenhuma atividade política minha.



COM Maria Beatriz,
Lúcio Alcântara forma
um casal afinadíssimo,
principalmente em
relação ao gosto pela
Literatura e pela política.
Eles se conheceram
ainda na universidade e
casaram-se há 37 anos



A Daniela, que hoje é arquiteta, sempre demonstrou gostar de política e participou de campanhas minhas. O Léó, não. Mas um belo dia ele me comunicou que queria entrar na política, queria ser candidato, e eu tomei um susto. “Olhe rapaz, isso não é brincadeira. Nós construímos, seu avô e eu, uma vida praticamente voltada para a política. Você é empresário, está se iniciando em outras coisas, tem outras aptidões.”

Como ele reafirmou o desejo de entrar para a política, eu disse que ele teria que fazer um teste, cair em campo para ver o que poderia fazer, quais os relacionamentos que ele tinha. Então, o Leonardo foi à luta para tentar se viabilizar como candidato. Evidentemente que o fato de eu ser político há muitos anos, e, na época senador, ajudou muito.

Hoje, eu diria que ele está realmente levando a sério e honrando a tradição familiar, como político e como homem público. Mas o momento dele já não é o mesmo que o meu, como o meu já não era o mesmo do meu pai. A política vai exigindo novas formas de atuação e de desempenho. Tudo se moderniza. Então, espero que ele seja um político correto, que vá longe e tenha um bom desempenho.

Eu adoro política, gosto muito da política, só pretendo sair da política quando estiver cansado demais ou sem entusiasmo. Política para mim é vocação e é uma atividade meio missionária. Você não pode ver isso como um meio de vida, como uma forma de ganhar dinheiro e notoriedade. Não se faz negócio na política, ou não se deveria.

Tem muita gente que atua sem ética ou preocupação social, mas esses não são os verdadeiros políticos, são pessoas que estão se utilizando da política para atingir objetivos escusos. A política deve ser um instrumento de transformação social. Não conheço melhor forma de participação e mudança.

Nós temos o tamanho dos nossos sonhos e através do exercício político podemos sonhar mais alto. Como escreveu Mário Quintana: “Sonhar é acordar-se para dentro.” O que somos, o que queremos ser e o que poderíamos vir a ser depende do que sonhamos para nós.



Coleção
GENTE

Títulos

Abel Silva

Alyrio Cavallieri

Artur da Távola

Baena Soares

Billy Blanco

Carlos Eduardo Novaes

Cesar Maia

Cleofas Uchôa

Denise Frossard

Dercy Gonçalves

Éder Jofre

Fernando Barbosa Lima

Ferreira Gullar

Filé – Nilton Petrone

Gilberto Oliveira Castro

Gilson Martins

Gracindo Júnior

Haroldo Costa

Herval Rossano

Hesio Cordeiro

Jacob Kligerman

Ivo Pitanguy

Lúcio Alcântara

Luiz Carlos Miele

Marcelo Crivella

Marcos Szpilman

Mauro Gandra

Millôr Fernandes

Nelson Mello e Souza

Reinaldo do Atlético Mineiro

Roberto Menescal

Rômulo Furtado

Rosa Célia Pimentel Barbosa

Rudolf Hermann

Sérgio Cabral

Siro Darlan

Theophilo de Azevedo Santos

Turibio Santos

Verner Dittmer



Rua Dom Jerônimo, 260 – Otávio Bonfim
Telefax: (85) 3281.2841 – Fortaleza – Ceará
realce@mcenet.com.br

Este livro foi composto na tipografia Times 11,8 e impresso em papel Pólen Soft 80g LD, capa papel Cartão Supremo 250 g/m², formato 15,8 x 23 cm na Realce Editora e indústria Gráfica. 2005.



Dr. Lúcio Alcântara em campanha

Trechos do livro

"Devo ter recebido uma influência inconsciente do meio em que vivi, mas nunca considerei deliberadamente a possibilidade de ser político."

"Estudar no Liceu foi muito bom para mim, porque convivi com pessoas de diferentes classes sociais, o que não aconteceria numa escola particular."

"Muitas vezes as críticas são injustas, ferinas e demagógicas, mas fazer o quê? Todo homem público enfrenta ou enfrentará manifestações adversas."

"Meu pai era o produto típico de uma classe interiorana mais abastada, que teve condições de se formar e escolher uma profissão, no caso dele a Medicina."

"Eu acho que essa capacidade de adaptação talvez seja uma das responsáveis pela minha permanência tão longa na vida pública."

"Perder não é bom, ninguém gosta, mas temos que estar preparados para isso. Claro que quem concorre quer vencer, mas as minhas derrotas eu absorvi relativamente bem."

"O administrador público brasileiro tem o mau hábito de querer deixar uma marca sua, pessoal, às custas da descontinuidade, prejudicando a população. Isso não tem sentido!"

